

Determinação e firmeza na luta dos trabalhadores contra a política do Governo



Pág. 7

Trabalhadores da MDF, reunidos em plenário, manifestam firmeza na defesa dos seus interesses



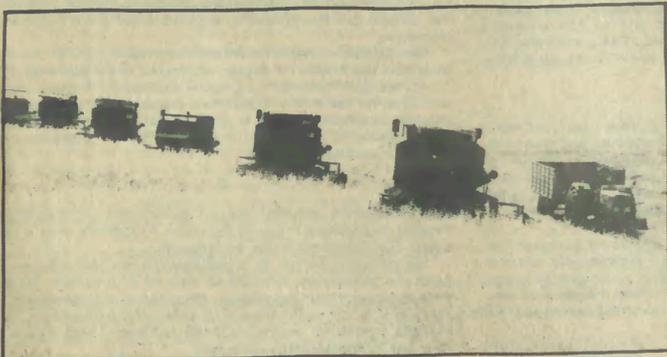
ENTUSIASMO E CONFIANÇA NA VISITA DE ÁLVARO CÚNHAL AO ALGARVE E ALENTEJO

Um ambiente de entusiasmo e confiança rodeou o secretário-geral do PCP, sábado e domingo, na sua visita ao Algarve e Alentejo, nomeadamente nos comícios em Lagos e no Escoural (na foto), assim como na visita ao CT em

construção em S. Bartolomeu de Messines. No concelho de Vila do Bispo, a visita proporcionou um intenso e muito rico contacto com as populações.

Notícias, notas de reportagem, discursos e fotos nas págs. 4, 5 e 6

A REFORMA AGRÁRIA PRODUZ MAIS DO QUE O LATIFÚNDIO



O Encontro das Culturas realizado sábado passado mostrou mais uma vez que a Reforma Agrária não só é indispensável como poderá dar um contributo decisivo para a saída da crise.

Pág. 3

AÇORES E MADEIRA

- Nota da Comissão Política do CC do PCP sobre as eleições nas Regiões Autónomas na pág. 2
- Noticiário e outra informação na pág. 3 e também no Suplemento



Nos 14 anos da Inter

Págs. 2/3

Um movimento sindical unido e consistente

Transferência
de competências
para as Autarquias
**O Cheque
«careca»
dum Governo
sem crédito**

Págs. 4/5

**Educação sexual, aborto
planeamento familiar**

**Governo
não quer
cumprir
as leis**

Págs. 8/9



**AMÉRICA CENTRAL
Uma preocupação comum
da política internacional**

Págs. 11/12

Editorial

DEMAGOGIA — INSTRUMENTO DE CORRUPÇÃO E DE BURLA DO POVO

SEMANA

26 Quarta-feira

Depois de uma reunião do Conselho Nacional do PSD, Mário Soares e Mota Pinto decidiram convocar uma reunião entre os dois partidos do Governo...

27 Quinta-feira



Governo conspira contra a Lisnave

O Conselho de Ministros declarou a Lisnave em situação económica difícil. Reunião de noite, cerca de três mil trabalhadores dos estaleiros reafirmaram a sua intenção de lutar pela viabilização da empresa...

28 Sexta-feira

Em Lisboa, começa a reunião do Conselho Nacional da CGTP-IN. Nesta reunião será analisada a situação política e as acções a desencadear pelos trabalhadores...

29 Sábado



Álvaro Cunhal no Algarve

Com o acerto dos relógios para a hora de Inverno, o Conselho Nacional da CGTP-IN aprova um calendário previsível de acção e convoca um plenário nacional para o próximo dia 13...

30 Domingo

Álvaro Cunhal participou no comício que, no Escoural, assinala a passagem do quinto aniversário do assassinato de Caravela e Casquinha...

1 Segunda-feira



A CGTP faz 14 anos

A CGTP-Intersindical Nacional comemora o 14.º aniversário da sua criação. A data é assinalada por um comício realizado em Lisboa...

2 Terça-feira

Começa na Madeira a campanha eleitoral para a Assembleia Regional. O ministro dos N. Estrangeiros, Jaime Gama, considera «bastante positivo» o encontro que teve no início da semana...

Portugal de Abril vive um período particularmente crítico da sua história de dez anos. Por efeitos da desastrosa política do Governo Soares/Mota Pinto...

O PCP tem insistentemente alertado — e os factos comprovam a justeza das denúncias — para a necessidade de pôr termo a esta insensata corrida por um desastre. Demitir este Governo, serventário dócil dos interesses monopolistas...

Uma nova fase da vida nacional e do regime democrático pode ser aberta, o período de gestação iniciado com a falência da política do Governo aproxima-se do fim.

Conscientes disso os governantes multiplicam as tentativas para velar o verdadeiro estado do País, iludir as realidades, enganar torpemente o Povo português, ganhar tempo.

Os chefes da coligação apregoam a estabilidade social e política lá onde a instabilidade é flagrante. O ministro Ernâni Lopes de cada vez que os seus planos tropeçam nas contradições do processo vem dizer que tudo está bem, que o pior já passou...

Entretanto, a crise económica e financeira aprofundada e vergasta o País; no panorama social alastra a marcha da miséria e da fome, do desemprego e dos baixos salários; o brutal aumento do custo de vida fustiga os trabalhadores das cidades e dos campos...

Por outro lado a imoralidade e a corrupção medram à sombra da coligação governante. A inoperância funcional, a incompetência, o regabofe, as facadas no orçamento para despesas sumptuárias e de representação injustificadas...

O Governo PS/PSD tornou-se uma criação surrealista, um órgão que não reflecte e nem dá solução aos problemas concretos que afligem o povo...

Ligadas aos conhecidos projectos repressivos e fascizantes que o Governo vai implementando no plano executivo e outros claramente inconstitucionais que busca pôr de pé no plano legislativo sob a farda da lei...

Nas últimas semanas e nos últimos dias adquiriu volume uma faceta das mais características da acção dos governos serventários do grande capital...

A demagogia dos politicastros serventários do grande capital não se manifesta, porém, apenas nas suas formas verbais, não consiste apenas em velar as mais gritantes

verdades com o «manto diáfano» da mais gritante mentira. Em certos períodos, designadamente nos períodos pré-eleitorais e eleitorais, os detentores do Poder enfundados do grande capital usam o aparelho de Estado e os recursos materiais do País para atingirem os seus objectivos eleitorais...

Um exemplo dos mais refinados e sofisticados da demagogia eleicoeira dos governos do grande capital é dado pelos dirigentes do maior Estado capitalista do Mundo — os Estados Unidos.

A corrupta administração Reagan, que neste momento se prepara para a pugna eleitoral de Novembro, com a ajuda da alta finança provoca alterações no mercado monetário e nas taxas de juro, no mercado do trabalho, no volume da massa salarial...

Quanto mais poderoso ou tentacular é o poder dos monopolistas e o domínio monopolista do aparelho de Estado, mais corrupta, mais mistificadora, mais insidiosa é a demagogia capitalista...

Curta história da Revolução Portuguesa — principalmente no período posterior a 1976, quando o governo PS sozinho aliado à direita iniciou em grande e sob a cobertura institucional a política de recuperação capitalista, latifundiária e imperialista...

A promessa na campanha eleitoral que não se cumpre quando se chega ao governo (como as célebres «100 medidas» do PS), o «batalhão a pataco» dos velhos tempos da República liberal-burguesa de 1910...

No rescaldo do descrédito do PS como partido de governo em 1976/78, do seu desgaste como executor de uma política antipovo, a defunta «AD», vencedora das eleições de 79, apossou-se da máquina do Estado...

O crédito PAR, apregoado pelas tubas da propaganda, mas não atribuído ou só atribuído a um reduzido número de candidatos; o aumento do salário mínimo nacional...

Por tudo isto, o Governo PS/PSD é um tumor na vida do País que importa arrancar antes que infecte irremediavelmente o organismo nacional. Apesar da sua urgente demissão, intensificar a luta de massas...

Mário Soares, dominado pela cega ambição de vir a sentar-se em Belém, subordina a esse objectivo todos os seus actos públicos e naturalmente outros.

Inspirado pelo seu amigo Reagan, Mário Soares subordina claramente a sua política externa a objectivos eleitorais da sua pessoa.

Como calheiro-viajante e vice-presidente da Internacional Socialista ou como Primeiro-Ministro de Portugal vai até ao Próximo Oriente, à América Latina, à África Austral,

As eleições nos Açores e na Madeira

No próximo dia 14 de Outubro realizam-se nas eleições regionais nas duas Regiões Autónomas do nosso país — Açores e Madeira.

Estas eleições, que se efectuam de 4 em 4 anos e que se têm realizado conjuntamente com as eleições para a Assembleia da República, têm desta vez lugar isoladamente devido às últimas eleições legislativas terem sido antecipadas em Abril do ano passado.

As eleições para as Assembleias Regionais da Madeira e dos Açores têm uma grande importância para cada uma das Regiões e têm, evidentemente, repercussão nacional.

Quer nos Açores quer na Madeira, os governos regionais do PSD têm imposto uma política que está voltada directamente contra as grandes conquistas populares de Abril sendo responsáveis por afrontamentos à própria unidade nacional e ao regime democrático.

Ainda muito recentemente, através dos deputados do PSD na Assembleia Regional dos Açores, esta Assembleia defendeu o não-cumprimento de uma lei aprovada na Assembleia da República e membros do Governo Regional afirmam que não criaram condições para a sua aplicação.

Na Madeira, o Presidente do Governo Regional proferiu mais algumas das suas costumadas diatribes contra a Constituição da República Portuguesa e ofensas contra os direitos democráticos dos cidadãos e considerou que a Comissão Nacional de Eleições poderia ser substituída nas suas funções específicas de fiscalização eleitoral pelos órgãos de soberania.

São conhecidas as dificuldades muito grandes das Idéias progressistas virem no ambiente intimidatório, arbitrário e corrupto que o PSD criou e mantém nos dois Arquipélagos. A liberdade política dos cidadãos é limitada constante e profundamente.

Camaradas suecos em Portugal

A convite do Comité Central do Partido Comunista Português, visitou Portugal de 22 a 29 de Setembro, uma delegação de estudo do Partido da Esquerda-Comunistas da Suécia, sobre o trabalho do PCP nas organizações de massas.

A visita desta delegação de estudo realizou-se no quadro das relações de amizade e cooperação existentes entre o PE-CS e o PCP.

mente por ameaças de tipo económico e social e mesmo por pressões religiosas.

Tais dificuldades não são consequentemente combatidas pelo Partido Socialista, partido que tem, em geral, uma posição de aceitação e de colaboração com as forças reaccionárias.

Apesar das condições particularmente adversas existentes nas duas Regiões Autónomas, os membros do PCP nestas regiões têm, paciente e persistentemente, lutado contra a exploração, contra o obscurantismo, contra as perseguições, e contra o separatismo, e desenvolvido uma actividade esclarecedora e mobilizadora...

Defendendo consequentemente a autonomia político-administrativa conquistada após o 25 de Abril e consagrada na Constituição da República, lutando pela defesa dos interesses dos trabalhadores e de todas as demais camadas laboriosas, agindo em defesa não só dos interesses gerais de cada uma das Regiões e das suas populações, mas também da democracia, da Independência nacional e da Paz, os comunistas dos Açores e da Madeira arrostam com as ameaças e as perseguições a que a reacção, dominante, recorre na sua actuação diária...

As condições económicas, sociais, culturais e políticas existentes nas Regiões Autónomas têm influenciado decisivamente nos resultados das eleições que se têm realizado na Madeira e nos Açores. É preciso vencer recelos, é preciso ter ânimo para enfrentar dificuldades económicas e outras, é preciso compreender que a desmobilização serve a reacção e que a acção é que pode desbloquear situações existentes.

Os membros do PCP eleitos nas autarquias de qualquer das Regiões Autónomas, bem como outros eleitos pela Aliança Povo Unido, são exemplos de dedicação e isenção que, por isso mesmo, ajudam a prestigiar a actividade progressista que levam a cabo e a que o seu número se vá alargando de eleição para eleição.

As próximas eleições regionais vão realizar-se mais uma vez segundo leis eleitorais que sofrem de grave inconstitucionalidade. Nos Açores, continua a ser completamente ignorado o princípio constitucional da proporcionalidade: há deputados que vão ser eleitos com uma ou duas centenas de votos e outros que necessitam para isso de milhares de votos.

As próximas eleições regionais vão realizar-se mais uma vez segundo leis eleitorais que sofrem de grave inconstitucionalidade. Nos Açores, continua a ser completamente ignorado o princípio constitucional da proporcionalidade: há deputados que vão ser eleitos com uma ou duas centenas de votos e outros que necessitam para isso de milhares de votos.

Na Madeira, onde, em 1980, foi eleito um deputado à Assembleia Regional membro do PCP, esta presença representou uma notável modificação naquela Assembleia. A sua importância e dignificação, como órgão primeiro da autonomia e único órgão regional eleito pelos cidadãos, foi defendida intransigentemente, mas o facto de haver apenas um deputado do PCP limitou e dificultou a acção dentro da Assembleia Regional.

A Direcção da Organização da Região Autónoma da Madeira do PCP coloca como objectivo para as próximas eleições a eleição de, pelo menos, dois deputados, o que, além do reforço da representação na Assembleia Regional, permitirá beneficiar dos direitos que aos grupos de deputados confere o Regulamento respectivo.

Nos Açores, o objectivo principal apontado pela 2.ª Assembleia da Organização da Região Autónoma dos Açores do PCP é o da eleição do primeiro deputado membro do Partido, e o da presença, na respectiva Assembleia Regional, de uma voz que defenda consequentemente o papel dessa Assembleia, os princípios democráticos, a vida e o trabalho das populações, o desenvolvimento da Região.

A experiência adquirida pelas Organizações do Partido nas Regiões Autónomas é um factor muito importante para a conquista dos objectivos a que se propõem. Um trabalho intenso de consciencialização, de propaganda, junto das populações, atraindo ao voto na APU muitos que têm sido enganados pela demagogia, intimidados pelo ambiente, lubrificados por preconceitos impostos pelo caciquismo, pela reacção, constituirá uma ajuda de grande relevo para o êxito da APU nos próximos actos eleitorais.

agora ao Brasil, como defensor de fachada da causa da «democracia» e da «liberdade» em distantes pontos do globo.

Mas anima, ou protege, ou consente em Portugal as actividades subversivas da UNITA e da RENAMO inimigos de Angola e de Moçambique, recebe o traídor Eden Pastora na sua casa de praia; tem entrevistas com outros conspiradores latino-americanos; tem, em relação à África do Sul, a Israel e à Indonésia, posições de manifesta cumplicidade.

A Integração na CEE — operação política contra o 25 de Abril e acto de submissão aos grupos monopolistas que dominam o Mercado Comum — é de facto, também, uma operação «integrada» nos seus objectivos eleitorais. Mário Soares pressiona desesperadamente os parceiros da CEE ao menos para uma declaração formal de adesão.

Soares procura recolher no exterior as simpatias e o prestígio que a sua política interna lhe nega em Portugal. Enfite-se nas recepções e nas poses entre belas damas da vida mundana internacional com o «panache» bebido no estilo eleitoral «made in USA».

A demagogia soarista trabalha como se vê a sua componente externa.

No plano interno, a demagogia eleicoeira de Soares, na perspectiva das eleições presidenciais — mas também das autárquicas e da hipótese de legislativas antecipadas — iniciou-se já de maneira ineludível.

As incursões «futebolísticas» do PM junto dos três «grandes» do futebol português; a «churrascada» de S. Bento em honra dos atletas olímpicos, as «inaugurações» de coisas já inauguradas e outras fantochadas públicas, são manifestações da operação demagógica de «charme».

Mas a demagogia dos gastos eleitorais já começou também, como o PCP preveniu.

Na Declaração Política de 15 de Setembro, o CC do PCP alertava contra «as manobras demagógicas com a utilização dos dinheiros públicos susceptíveis de enganar camadas menos esclarecidas da população» e «contra as campanhas de desinformação e provocação monopolizadora e manipulando os meios de comunicação social do Estado, visando dificultar uma alternativa».

Na sua digressão pelo barlavento algarvio no último fim-de-semana, Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do PCP, precisava alertando contra os «rebuçadinhos que o Governo está a preparar à medida que se aproximam as eleições».

O anúncio do aumento das pensões e reformas para o fim do ano — «para o Natal», provavelmente... — e dos abonos de família, e agora as novas modalidades anunciadas para os passes sociais intermodais, apregoados como «reduções de 10 a 41%», não passam de simples ajustamentos de preços injustamente pagos pelos utentes em percuços que não faziam.

Entretanto, a imprensa afecta à coligação governante proclama baixas de 300, 800 e mesmo mais de 1000 escudos no custo dos transportes na área de Lisboa que ainda há poucos meses sofreram um brutal aumento decretado pelo Governo.

Os círculos governamentais já se «sopra» o boato de novo aumento do salário mínimo nacional.

Os cortes brutais nas despesas públicas orçamentadas e nas finanças locais vão certamente e em medida considerável ser utilizadas na demagogia eleitoralista de Soares e da coligação governante.

Por tudo isto, o Governo PS/PSD é um tumor na vida do País que importa arrancar antes que infecte irremediavelmente o organismo nacional.

Apesar da sua urgente demissão, intensificar a luta de massas, a unidade e a acção comum e convergente dos trabalhadores e de todos os democratas e patriotas, a luta pelo funcionamento democrático das instituições, reforçar o PCP, são direcções e condições fundamentais de luta para uma mudança de governo e de política, para uma alternativa democrática.

Os exemplos dos trabalhadores da Lisnave, da MDF, dos vidreiros da Marinha Grande, da Siderurgia Nacional e outros são uma contribuição decisiva para aquela tarefa urgente e patriótica.

Continuando a pugnar por leis e condições eleitorais que respeitem a letra e o espírito da Constituição foram já apresentados, em nome da Aliança Povo Unido, os candidatos às eleições nas duas Regiões Autónomas, em todos os círculos eleitorais.

No conjunto dos candidatos apresentados estão membros do Partido Comunista Português, membros do MDP e uma elevada percentagem de cidadãos sem partido. A Aliança Povo Unido continua a ser uma coligação aberta a todos aqueles que sabem ou vão verificando que é em aliança com os comunistas que melhor podem defender os interesses dos trabalhadores e das massas populares em geral, a democracia, o progresso e a Paz.

Na Madeira, onde, em 1980, foi eleito um deputado à Assembleia Regional membro do PCP, esta presença representou uma notável modificação naquela Assembleia. A sua importância e dignificação, como órgão primeiro da autonomia e único órgão regional eleito pelos cidadãos, foi defendida intransigentemente, mas o facto de haver apenas um deputado do PCP limitou e dificultou a acção dentro da Assembleia Regional.

A Direcção da Organização da Região Autónoma da Madeira do PCP coloca como objectivo para as próximas eleições a eleição de, pelo menos, dois deputados, o que, além do reforço da representação na Assembleia Regional, permitirá beneficiar dos direitos que aos grupos de deputados confere o Regulamento respectivo.

Nos Açores, o objectivo principal apontado pela 2.ª Assembleia da Organização da Região Autónoma dos Açores do PCP é o da eleição do primeiro deputado membro do Partido, e o da presença, na respectiva Assembleia Regional, de uma voz que defenda consequentemente o papel dessa Assembleia, os princípios democráticos, a vida e o trabalho das populações, o desenvolvimento da Região.

A experiência adquirida pelas Organizações do Partido nas Regiões Autónomas é um factor muito importante para a conquista dos objectivos a que se propõem. Um trabalho intenso de consciencialização, de propaganda, junto das populações, atraindo ao voto na APU muitos que têm sido enganados pela demagogia, intimidados pelo ambiente, lubrificados por preconceitos impostos pelo caciquismo, pela reacção, constituirá uma ajuda de grande relevo para o êxito da APU nos próximos actos eleitorais.

Tal êxito, para a obtenção do qual é necessário concentrar esforços e energias, constituirá um factor importante no caminho da democratização e do desenvolvimento nas Regiões Autónomas, será uma vitória do espírito do 25 de Abril, terá positiva repercussão em todo o País, será um contributo para a alternativa democrática que se impõe.

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português

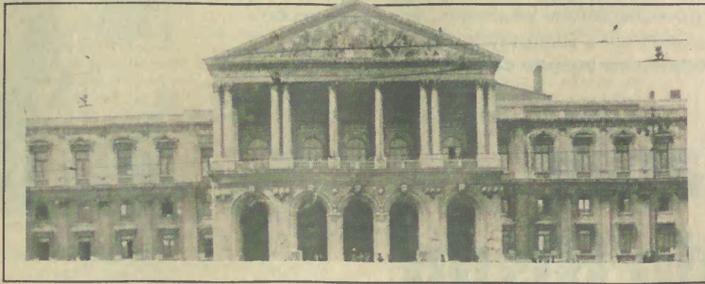
Avante! Proletários de todos os países: UNI-VOS! O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo. DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais, Av. Santos Dumont, 57, 2.º, 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825/769751. Casa da Venda em Lisboa: Rua do Seicelo, 80 - 1200 Lisboa, Tel. 372238. Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto. Tel. 693908/699615. Centro Distribuidor de Coimbra: Terreno da Esva, 6 - 3000 Coimbra. Tel. 26394. ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º - 1000 Lisboa, Tel. 766402. EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora, Tel. 900044. PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda S.º António dos Capuchos, 6-B - 1100 Lisboa, Tel. 77636/776750. Porto - Rua do Alameda, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto, Tel. 381067. Composto e impresso na Hesta Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora. Depósito legal n.º 205/84. Tiragem do mês de Setembro: 39 387

Assembleia da República

Na sessão suplementar o importante ficou de fora

Abriam anteontem os trabalhos do período suplementar da sessão legislativa que finda a 15 do corrente para dar lugar a nova sessão. Na agenda apenas a continuação da discussão das alterações ao Regimento e a «momentosa» tarefa de proceder a modificações ao Estatuto dos Deputados. O Presidente da AR, na sala limpa e a rebrilhar saúde os parlamentares no «regresso de umas férias bem merecidas».

Com efeito, na segunda-feira passada, em instalações pintadas de fresco, Tito Morais, la-deado do pessoal do seu gabinete, falou aos jornalistas reunindo-os pela segunda vez durante o seu mandato. Despedia-se. E não deixou de insistir com os órgãos de comunicação social no sentido de serem estes a dignificarem, pelo que dizem e escrevem, a imagem da Assembleia, acusando-os quase directamente de serem eles os responsáveis pela imagem «degradada» que certas vezes transmitem do parlamento português onde a falta de quorum é acontecimento vulgar.



O resto da conferência, à parte a simpatia, os cravos amarelos e o beberete, saldouse na comunicação de um balanço do Presidente sobre o seu próprio mandato, sobre as dificuldades encontradas, a falta de verbas, os poderes «de-masiados» do Conselho de Administração, reflexões de um Presidente despedido pela coligação a que pertence, reuniões num caderno que fez distribuir aos deputados e que divulgou aos jornalistas.

do PS o escolheram já para candidato seu à Presidência da República... Entretanto, na passada semana teve lugar a última reunião da Comissão Permanente antes do início da sessão suplementar. Aí o PCP, para além de haver representado um projecto de Deliberação visando a abertura de um debate sobre as condições em que vai iniciar-se o próximo ano lectivo, criticou, pela voz de José Magalhães, a extinção da Comissão Coordenadora das Acções de Recuperação (das cheias do ano passado), procedendo ao mesmo tempo ao balanço das omissões e distorções da acção governamental nessa área. O PCP apresentou um conjunto de 61 requerimentos com vista ao apuramento integral das insuficiências da actividade do Governo face aos efeitos das cheias de Novembro de 1983.

A abertura da sessão suplementar iniciou-se com a intervenção de representantes dos quatro maiores partidos — os outros não se inscreveram — que produziram declarações políticas. As intervenções dos partidos da coligação foram mornas. José Vitorino, do PSD foi dizer que a «má imagem da AR» é produto de tenebrosas conspirações totalitárias, mas que as alterações ao Regimento vão melhorar o trabalho. José Luís Nunes, do PS, teceu loas ao Governo e à sua política, ao entendimento da coligação, à aliança atlântica. Nada de novo.

Nogueira de Brito, do CDS, também pouco de interessante disse colocando ênfase nas recentes disputas entre os pareceres da maioria e afirmando que foram as férias que a salvaram.

Carlos Brito, pelo PCP, pronunciou um discurso em que caracterizou a situação política, criticando o facto de a maioria haver imposto aos trabalhos uma agenda da qual estão arredadas as grandes questões nacionais.

Carlos Brito: Assembleia volta-se para o umbigo

No seu discurso proferido no início dos trabalhos da sessão suplementar, o camarada Carlos Brito começou por chamar a atenção para a «acelerada degradação da situação nacional provocada pela política seguida pelo Governo». E afirmou:

É por isso mesmo aparentemente absurdo, mas politicamente muito significativo, que a maioria que apoia o Governo tenha imposto para este período suplementar de actividade (que antecede em cerca de 15 dias a abertura normal dos trabalhos do Plenário) um programa que em vez de contemplar as questões que mais afectam o nosso povo e o nosso país, contempla questões internas da Assembleia da República, do interesse estreito e egoísta da maioria como as alterações ao Regimento e ao Estatuto do Deputado. Com as primeiras pretende obter poderes absolutos para ultrapassar quando entender as prioridades regimentais na fixação dos ordens do dia, decidir ditatorialmente os tempos para os debates e eliminar o período de antes da ordem do dia e em geral as possibilidades de expressão e intervenção da oposição.

Com as segundas não pretende outra coisa senão melhorar os vencimentos e outras regalias dos deputados enquanto não se acode a outras camadas da população muito mais necessitadas.

O Grupo Parlamentar do PCP, sem excluir que a Assembleia da República pudesse ocupar-se, neste período, de matérias que possam melhorar o seu funcionamento interno, defendeu na Comissão Permanente e defende agora no Plenário que em vez de se voltar para o seu umbigo a Assembleia da República devia ocupar-se de urgentes questões nacionais como os salários em atraso, o Orçamento de Estado suplementar e a marcha das negociações com a CEE.

Carlos Brito abordou seguidamente três questões de «inquestionável urgência»:

A monstruosidade social dos salários em atraso que se expandiu e generalizou à sombra do Governo de Mário Soares-Mota Pinto apresenta um novo agravamento atingindo, segundo cálculos do movimento sindical, 150 ou mesmo 160 mil trabalhadores, sem que da parte dos responsáveis governamentais e da maioria que os apoia na Assembleia da República se tenha esboçado qualquer iniciativa séria para debelar este flagelo. (Evidentemente que não consideramos um esforço sério o anunciado projecto de decreto-lei do Ministério do Trabalho).

A ilegalidade orçamental em que o Governo está mergulhado, e que se torna cada vez mais indistarcável à medida que assume encargos para que não está autorizado e ultrapassa largamente o défice aprovado, aconselharia que com a maior rapidez possível o Governo e a maioria apresentassem o Orçamento suplementar para 1984 à Assembleia da República e defendessem o agendamento pronto da sua discussão. Mas o Governo tem medo de prestar contas e por isso mesmo recusou um debate sobre a situação económica e financeira na Comissão Permanente e não manifesta agora a mínima pressa em apresentar e ver discutidos os seus desmandos orçamentais.

Confirma-se desta maneira o desrespeito do Governo Mário Soares-Mota Pinto pelo funcionamento das instituições democráticas e neste caso concreto pelas prerrogativas da Assembleia da República e pelo princípio da separação de poderes.

O arrastado processo de negociações com a CEE, que a nosso ver nunca levaria a qualquer resultado positivo para o País, transformou-se sob a égide do actual Governo num expediente de promoção política do Primeiro-Ministro e da sua candidatura presidencial. Começou-se por, em vez de negociar condições, negociar fundamentalmente uma data e agora já se negocia apenas uma declaração, o decantado «constat d'accord», mesmo que vazia de conteúdo. Dir-se-á que, finalmente, o Governo se comprometeu através de um ofício a vir à Assembleia da República discutir a marcha das negociações com a CEE. Foi sob pressão dos partidos da oposição e com a ideia de que o Primeiro-Ministro poderia vir cantar de galo ao Parlamento por já ter obtido o «certificado de acordo» de que anda a mendigar, perante o espanto das Nações. Neste momento o Governo quer a todo o custo adiar a discussão; provavelmente já reconheceu que a carta foi prematura, pois, o marco de 30 de Setembro já foi ultrapassado e as negociações continuam complicadas.

(Afloramos três questões que a Assembleia da República devia discutir urgentemente, mas que o Governo e a maioria querem adiar para não serem desmascarados os atentados e os atropelos da sua política.). A maioria pode impedir os debates, mas por enquanto não pode impedir que aqui façamos a condenação de uma política que está a conduzir o nosso povo à miséria e à fome, que ameaça de destruição o regime democrático e sacrifica a independência nacional.

O presidente do grupo parlamentar do PCP inventariou depois os grandes traços da política governamental recordando que o Comité Central do Partido, na sua última reunião, considerou, após o balanço feito de tais aspectos, constituírem razões para a urgente demissão do Governo.

Mais adiante salientou que o descrédito da actual composição da AR «abre espaço à mudança e favorece as condições para uma alternativa democrática». Falando da actividade dos comunistas e as diversas formas que ela assume na luta pela alternativa, Carlos Brito concluiu:

Nesse sentido, srs. deputados, podem contar neste novo período de trabalhos parlamentares com uma intervenção activa e decidida dos deputados do PCP, tanto no plano das competências fiscalizadoras da Assembleia, como no domínio da iniciativa legislativa, esta é quanto a nós a melhor maneira de mostrar o carácter antipopular, antidemocrático e antinacional da política do Governo e da sua maioria e de pôr em evidência o que aqui na Assembleia da República não fazem, nem deixam fazer, e podia ser feito em benefício de Portugal e dos portugueses.

Nacional

Eleições nos Açores e Madeira A clareza da APU o regabofe pêpêdê e os «compadres» ruidosos

Estão abertas as campanhas eleitorais nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira para a eleição das respectivas Assembleias Regionais, e em ambas as regiões — onde o PPD/PSD domina através de abafantes «parelhos caciqueiros» — os respectivos governantes já se lançaram na inauguração de senfreada, na demagogia a galope, nas prendinhas ao eleito, na utilização do aparelho de Estado como suporte eleitoral. A APU, entretanto, surge como a única força política que questiona os problemas, os conhece e denuncia, agitando as águas mornas de pêpêdê e «compadres», todos entretidos em jogos de salão eleitoral.

Nos Açores — concretamente em Ponta Delgada — enquanto a generalidade das sedes dos partidos mostra uma azáfama anormal, a do PPD é a mais tranquila. Pois claro: têm os departamentos governamentais para actuar, para quê as sedes do partido? Mas a actuação eleitoral mais relevante do pêpêdê aporiano está na «inauguração». Inaugura-se tudo e todos: João Bosco do Amal e seus pares desatinaram numa azáfama de visitas, discursatas, cortes de

fitinhas, com a «sua» Comunicação Social atrelada e tudo a passar-se como se não estivessem a fazer propaganda eleitoral, ora pois! são «actos governativos» e etc. e tal... Pelo meio, as entrevistas, o esforço de animar a cacicada já que a abstenção — tradicional na zona — ameaça os resultados.

E há fortes razões para o pêpêdê temer a abstenção: o descrédito das suas administrações vai longe, eles sabem-no. Há questões incómodas como a reconstrução após o sismo de 1981. As verbas foram todas centralizadas pelo Governo Regional, as obras foram de fachada e há cada vez mais gente a perguntar como é. O Governo Regional dá-lhes agora saquinhos de plástico cor de laranja aos milhares, distribui mesmo uns dinheirinhos, esforça-se por que as pessoas esqueçam. Se calhar não esqueçam...

Entretanto o PS faz que anda e não anda, garante que «agora é que vai ser oposição» e foge dos problemas nacionais como o diabo da cruz. Quanto ao CDS, esse disputa com ardo os terrenos caciqueiros do pêpêdê, entrando, com ele, no regabofe das rivalidades interlinhas...

No meio de tudo isto a

APU, a única força política que surge com um levantamento completo dos problemas da Região, com programas eleitorais para toda a Região e também programas distintos para os diversos círculos, apostando na eleição do seu primeiro deputado na Assembleia Regional nas próximas eleições de 14 de Outubro, bem possível no círculo de S. Miguel. A sua campanha assenta em dois princípios: por um lado apela para que «o descrédito e o desencanto não se revelem em abstenção mas sim num voto de mudança», por outro contesta a utilidade do voto no Partido Socialista já que «um voto a mais ou a menos no PS não altera nada». E avança propostas concretas, assentes no estudo aprofundado dos problemas. E sublinha quanto importante é para a Região ter finalmente uma voz na sua Assembleia Regional que denuncie as corrupções, enfrente os arbitrios e lute pelas soluções justas e necessárias dos problemas. Avançando na campanha com confiança.

Na Madeira há alguns pontos comuns neste quadro. Chamamos a atenção do leitor para as duas páginas que dedicamos a esta Região Autónoma no «Suplemento» desta edição.

Terra

Encontro de culturas mostra

Reforma Agrária produz mais que o latifúndio e é indispensável para a saída da crise

A cessação imediata de todos os ataques e manobras desestabilizadoras contra a Reforma Agrária, a revogação da legislação que nesta matéria tem vindo a ser publicada e a reposição da legalidade democrática, constituíram algumas das principais reivindicações aprovadas pelos 400 delegados presentes no Encontro de Culturas Outono/Inverno 84/85 realizado no último sábado, em Beja.

Ao realizarem esta exigência os trabalhadores que se deslocaram ao salão dos Bombeiros de Beja em representação das UCP's/Cooperativas da Reforma Agrária tiveram presente a necessidade de realizar uma boa campanha de sementeiras com a aplicação das normas técnicas mais adequadas que permitam a obtenção de bons rendimentos unitários e globais, atitude esta que surge na sequência da sua disposição de promover o melhor aproveitamento das terras e águas disponíveis.

Este esforço dos trabalhadores ficou aliás bem patente no decorrer dos trabalhos cujas conclusões demonstram que a Reforma Agrária apesar de dispor de menos e piores terras para cultivar, não ter apoio técnico ou créditos e de estar sob o fogo de uma constante ofensiva do Governo — mesmo assim produziu na campanha de 83/84 que agora terminou mais

47 por cento de trigo, mais 52 por cento de aveia e mais 38 por cento de cevada que no ano anterior, produções que representam um aumento médio de 49 por cento nos rendimentos unitários obtidos, valores estes superiores à média nacional.

A obtenção destes resultados é tanto mais significativa se pensarmos que em muitas UCP's/Cooperativas os rendimentos obtidos em cada hectare ultrapassam em muito os valores nacionais (recorde-se que em apenas seis por cento da superfície agrícola útil do País a Reforma Agrária contribuiu com cerca de 14 por cento para a produção nacional e estratégica de cereais pragnanosos) e aproximam-se consideravelmente dos valores obtidos em países com uma agricultura muito mais desenvolvida.

Na sequência do debate que se prolongou durante todo o dia e que registou mais de 30 intervenções de trabalhadores e técnicos agrícolas foi aprovado unanimemente pelos presentes um documento que substancia a discussão, as propostas e direcções de luta e trabalho levadas ao Encontro.

Aproveitar as terras e águas

Depois de repudiar energeticamente notícias recentes que fa-

lavam da intenção governamental de preparar uma nova lei contra a Reforma Agrária e que visaria a reconstituição total e integral dos antigos latifúndios, o documento de conclusões debruça-se sobre a necessidade de aproveitar as melhores terras e as águas e de melhorar as técnicas utilizadas, direcções estas que deverão passar pela intensificação da produção, pela escolha dos terrenos mais adequados para os cereais, alargando a área de forragens e pastagens e combatendo a ideia de não sementar.

Relativamente às questões de organização e de produtividade do trabalho o Encontro concluiu que para se poder realizar uma boa campanha de sementeiras e atingir resultados rentáveis é absolutamente indispensável a elaboração de um plano de produção e de um plano financeiro na base dos quais se organizem desde já a compra de adubos e sementes necessárias, a preparação das máquinas e a distribuição de pessoal.

Preços compensadores à produção

Uma das questões que suscitou maior atenção por parte

do Encontro e que esteve no centro das intervenções de alguns oradores foi, por outro lado, o problema dos preços dos factores de produção e dos produtos agrícolas. A este respeito o documento sublinha que a política de preços seguida pelo Governo PS/PSD conduz à «ruína e à asfixia das UCP's/Cooperativas e dos pequenos agricultores, favorecendo unicamente o sector industrial, as grandes empresas e intermediários e os monopólios da CEE».

Manifestando a sua apreensão pelos novos aumentos, que tudo indica estão a ser preparados pelo Executivo, os delegados ao Encontro alertaram para as consequências de tais agravamentos que, a concretizarem-se, levarão inevitavelmente a uma diminuição da terra cultivada e dos níveis de fertilização e da produção nacional de cereais, aumentando as importações e a dependência do estrangeiro.

O Encontro exigiu, por outro lado, que o Governo aprove preços compensadores à produção que deverão ser urgentemente publicados e que poderão sofrer alterações conforme os aumentos que se vierem a verificar nos sectores de produção.

Considerando o reforço da produção como uma das linhas essenciais de defesa da Reforma Agrária, o Encontro não deixou de frisar também que, apesar da disposição das unidades de produção de promover um melhor aproveitamento das terras, é absolutamente necessário criar «condições de confiança, estabilidade e de remuneração adequadas», condições essas que passam, para além das exigências já citadas, pelo encontro de contas entre o Estado e as UCP's/Cooperativas, pelo apoio financeiro, por créditos e juros compatíveis com o sector, pela garantia de escoamento dos produtos, pela contenção dos aumentos dos preços dos factores de produção.

Nova política novo governo

Particularmente em foco no decorrer dos trabalhos esteve também a acção do Governo e os seus efeitos nefastos em todos os domínios da vida nacional. A este propósito os trabalhadores agrícolas reafirmaram que «esta política e este Governo não servem» e chamaram a atenção para o facto de que «é o próprio regime democrático que é posto em perigo

por uma política que ao serviço de uma minoria tem lançado o País numa crise geral profunda de que os trabalhadores portugueses estão a sofrer graves consequências».

Dá a necessidade, várias vezes reafirmada ao longo do Encontro, de pôr termo a esta política, propósito este que acolheu também a unanimidade dos delegados na aprovação de uma moção onde, a dado passo, dirigindo-se ao Presidente da República, apelam para que «toda a legislação antidemocrática e anti-constitucional já aprovada seja revogada e a que está em preparação não seja promulgada» e para que o Governo Soares/Mota Pinto «seja quanto antes demitido, com vista a uma alternativa democrática, à formação de um governo democrático orientado para o cumprimento da Constituição, da legalidade democrática».

Reafirmando uma decisão da VIII Conferência da Reforma Agrária, o Encontro recordou ainda que caso o Governo avance com a «lei do latifúndio» os trabalhadores agrícolas do Alentejo e Ribatejo e suas organizações promoverão uma larga concentração em Lisboa, frente à Assembleia da República.

Domingo, em Viseu Povos e compartes em defesa dos baldios

Um local privilegiado para debater as questões relativas às tentativas em curso de roubo dos baldios e um momento oportuno para analisar as acções e medidas a tomar com vista à defesa da actual lei, eis, em síntese, como está a ser encarada a realização no próximo domingo, em Viseu, da Conferência dos Baldios do Norte e Centro.

Com início previsto para as 10 horas, os trabalhos decorrerão no ginásio da Escola Secundária Alves Martins aguardando-se que deles saia uma «posição firme e unida dos compartes e povos» que impeça a concretização dos planos

de roubo arquitectados de há muito nos gabinetes dos partidos de direita.

Com este encontro, os seus promotores — Secretariado dos Baldios de Vila Real, Viseu e Coimbra, conselhos directivos de baldios (CDB's) de Salamonde (Braga), Ansiães (Porto), Carrejo (Viana) e Departamento da CNA de Apoio aos Baldios — pretendem demonstrar a todo o País, ao Governo e a outros órgãos de soberania a indignação que percorre os povos serranos e a sua firme determinação de não dar tréguas na luta em defesa de lei em vigor, lei que consideram «boa e justa» e que lhes resti-

tiu os baldios que haviam sido usurpados durante o fascismo.

Como sublinha uma proclamação dirigida aos povos e compartes do Norte e Centro do País no próximo domingo os participantes no Encontro proclamaram a sua disposição de não se submeter a leis que, «tal como as de antigamente», a coberto de transferências de poderes para autarquias quebrem no fundo entregar aos grandes proprietários e caciques, a empresas nacionais e estrangeiras, a celuloses e aos Serviços Florestais, uma «riqueza que há séculos pertence por direito e tradição aos Povos e que estes, nos últimos

oitto anos, têm administrado exemplarmente com conhecidos resultados no progresso das aldeias».

Depois de alertarem para o facto de que é mais fácil defender a lei actualmente em vigor do que «depois combater o roubo daquilo que é nosso» os subscritores da proclamação dirigida aos povos serranos apelam para uma participação massiva no Encontro de Viseu e para um redobrar do «mesmo espírito de entusiasmo e firmeza com que os Povos dos Baldios já têm feito recuar idênticas tentativas de lhes roubar o que é seu».

Jornada de esclarecimento

Na sequência de uma decisão aprovada em Julho último no decorrer da VIII Conferência da Reforma Agrária, a qual apontava para a realização de uma grande jornada de esclarecimento em todos os concelhos do Alentejo e Ribatejo, os participantes no Encontro de Culturas reafirmaram o seu empenho nesta acção de informação cujo início está previsto para hoje, quinta-feira, prolongando-se até ao próximo domingo, dia sete.

O Encontro de Beja decidiu igualmente apelar à par-

ticipação massiva dos trabalhadores nas brigadas que distribuirão às populações das cidades, vilas e aldeias do Sul um documento intitulado «Carta ao povo português».

Nessa missiva, cujo teor fora já dado a conhecer na VIII Conferência, os trabalhadores agrícolas imputam ao Governo e aos que o precederam a total responsabilidade pelo estado lastimoso em que a agricultura se encontra, exigem o fim desta política e reafirmam a sua disposição de não ceder na luta por uma alternativa democrática.

PCP

Álvaro Cunhal no Algarve e no Alentejo

O Secretário-Geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, deslocou-se no último fim-de-semana ao Algarve e ao Alentejo. No sábado esteve durante a tarde no concelho de Vila do Bispo, onde contactou as populações de Burgau, Barão de São Miguel, Budens, Figueira e Sagres. À noite participou num comício na praça principal de Lagos. Domingo de manhã visitou as obras do novo Centro de Trabalho do Partido em São Bartolomeu de Messines, seguindo depois para o concelho de Montemor-o-Novo, onde participou no comício que assinalou, em Santiago do Escoural, o 5.º aniversário do assassinato dos trabalhadores comunistas Caravela e Casquinha. Do contacto directo com as populações aos comícios, tudo um pouco constou da agenda do Secretário-Geral do PCP.

Diálogo com a população no concelho de Vila do Bispo

Vila do Bispo é concelho algarvio. Fica na extremidade oposta a Vila Real de Santo António e, como este, tem maioria APU na Câmara Municipal. Sábado de tarde o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, visitou o concelho para, juntamente com José António Spínola, o presidente da autarquia, Carlos Brito e José Vitoriano, membros da Comissão Política e deputados pelo Algarve, e Carlos Luís Figueira, do CC do PCP, ouvir e relatar experiências.

De tudo se falou, e sempre com o mesmo entusiasmo e a mesma atenção, fosse em Burgau, Barão de São Miguel, Budens, Figueira, Sagres ou Vila do Bispo.

Por todo o lado foi assim. Nas povoações, grupos de pessoas esperavam a caravana, esticando o pescoço e olhos postos na estrada. Depois, eram os aplausos e a conversa franca que de imediato se estabelecia porque «é a primeira vez, aqui na minha terra, que vem alguém como o senhor».

O secretário-geral do PCP chegara e o diálogo estabelecia-se e corria rápido dos pro-

blemas locais aos problemas nacionais. E problemas não faltam. No concelho de Vila do Bispo só agora, com a gestão APU, se procede à instalação do saneamento básico. Não tem escolas preparatórias nem secundárias, os arruamentos estão a ser melhorados, só há uma bomba de gasolina e farmácia só na sede de concelho. A população envelhece e regressa, à excepção de Sagres, e a agricultura está quase morta.

Por todo o lado eram as queixas dos que passaram a vida a trabalhar a terra e que agora têm que sobreviver com quatro contos menos em escudos. Eram as queixas de quem vê a agricultura morrer e os seus filhos emigrar para outras regiões mais prósperas.

A população do concelho está bastante envelhecida, daí que um dos aspectos mais focados nas diversas localidades onde Álvaro Cunhal se encontrou com as populações, tenha sido o da terceira idade e da sua situação.

O Algarve não é só turismo, e Vila do Bispo ali está para o provar. Concelho com cerca de 176 quilómetros quadrados, só agora aí começou a chegar o

turismo. A principal actividade dos habitantes da região é a pesca, já o foi a agricultura, e agora é a construção civil e também o turismo.

Dos problemas dos pescadores até aos de todos aqueles que vêem a sua casa degradar-se, de tudo se falou um pouco. Mas também se abordou a política antinacional posta em prática por este Governo, a sua política de miséria e da sua intenção de instalar um Estado totalitário em Portugal.

Álvaro Cunhal referiu igualmente a demagogia governamental. Em Burgau, e a propósito do anunciado aumento das pensões, frisou que «aumentam isso e muito mais até às eleições. Dão uns rebuçadinhos para adoçar a boca».

Mas são rebuçados com sabor amargo, e isso também se disse no concelho de Vila do Bispo. Disse-se da nova lei da Segurança Interna e da oposição que os deputados comunistas lhe fazem.

Falou-se da experiência de luta do Partido e da necessidade de o reforçar. Disse-se também da necessidade de se derrubar este Governo antes das eleições presidenciais e

apelou-se às pessoas que votaram nos partidos do Governo, para reflectirem seriamente sobre a sua acção.

Também em todas as localidades era muitas as críticas à acção governamental. Ninguém está contente; ninguém quer que este Governo continue; mas muitos há que duvidam da possibilidade de derrotar este Governo e esta política. Nos seus encontros com as populações, Álvaro Cunhal frisou que este Governo será, de facto, derrotado, mas que tal implica um esforço na continuação e intensificação da luta.

Nas diversas localidades por onde passou a caravana, Álvaro Cunhal deitava-se cerca de meia hora. Só assim foi possível estar ainda na mesma tarde na sede do concelho para, também aí, se demorar cerca de meia hora.

Comício em Vila do Bispo

Perante várias centenas de pessoas, José António Spínola, o presidente da Câmara, enumerou as dificuldades com que

se debate o município e relatou os empreendimentos realizados pelo executivo camarário.

Depois, foi a vez de Álvaro Cunhal se dirigir aos que estavam no largo fronteiro à Câmara Municipal. Nesta sua intervenção, a necessidade da resistência e da defesa do Portugal de Abril foi salientada.

E a defesa do Portugal de Abril passa pela defesa e pelo reforço do Poder Local democrático. Daí que Álvaro Cunhal tenha afirmado que «certamente interessará ao povo do concelho de Vila do Bispo que continue uma Câmara APU no seu concelho, com mais meios, com mais possibilidades para resolver os problemas que até hoje não têm sido resolvidos».

É que, apesar da situação vivida no concelho, «alguma coisa mudou para bem em Vila do Bispo. Muitos problemas têm sido resolvidos e há um esforço permanente para os resolver».

Foi isso que se viu na visita ao concelho. Muitos problemas, mas também muita vontade para os resolver.



Burgau: a primeira paragem



Figueira: uma passagem natural



Barão de São Miguel: não é fácil trabalhar na agricultura



Sagres: em foco os problemas do



Budens: o interesse pela análise do PCP à situação nacional



Vila do Bispo: uma Câmara

Comício em Santiago do Escoural O povo não esquece!

«Pensamos traduzir a vontade e a determinação colectiva de todos os que aqui estamos ao afirmarmos que a herdade de Vale Nobre, onde foram assassinados Caravela e Casquinha, virá novamente um dia para a Reforma Agrária e que constituirá para sempre um exemplo da luta dos trabalhadores comunistas em defesa do trabalho, do pão, da liberdade e da Reforma Agrária. Caravela e Casquinha estão no nosso coração. Vamos continuar a sua luta. Vamos continuar a exigir o julgamento e punição dos criminosos.»

Uma forte ovação interrompe por instantes o camarada que lê a intervenção da Concelhia do PCP de Montemor-o-Novo.

Era um dos momentos do comício que decorreu na tarde do último domingo no campo de futebol de Santiago do Escoural, com a participação do secretário-geral do Partido, camarada Álvaro Cunhal, um dos oradores da jornada, que abor-

dou aspectos da situação política nacional, com destaque para a ofensiva do Governo PS/PSD contra as liberdades e o regime democrático, contra as conquistas de Abril (e nomeadamente contra a Reforma Agrária), contra o futuro dos portugueses.

Assinalava-se com este comício a passagem do 5.º aniversário do assassinato de dois heróicos trabalhadores da Re-

forma Agrária: António Maria Casquinha, de 17 anos, membro da Juventude Comunista; e José Geraldo (Caravela), de 57, militante do PCP, ambos operários agrícolas da UCP Salvador Joaquim do Pomar.

E tal como se confirmou no comício, o povo alentejano não esquecerá jamais o exemplo abnegado desses dois trabalhadores comunistas, que as balas assassinas da repressão fizeram tomar quando, em 27 de Setembro de 1979, na herdade de Vale Nobre, em Montemor, defendiam a Reforma Agrária em solidariedade com os seus companheiros da UCP Bento Gonçalves.

Não se esqueça o exemplo. Nem o crime. Por isso, a Comissão Concelhia do PCP interrogou: «Cinco anos são pas-

sados e mais uma vez perguntamos — onde está o resultado do inquérito? Porque continua o Governo a encobrir os nomes dos assassinos responsáveis pela morte de dois trabalhadores que, no quadro constitucional, defendiam o direito ao pão?»

A resposta não se fez esperar. Tanto na tribuna do comício, como por certo na mente dos milhares de pessoas presentes. «É necessário salientar mais uma vez que quem disparou as balas assassinas foram alguns elementos da GNR a mando dos agrários e dos seus representantes acoitados no Ministério da Agricultura. Por essa razão não interessa ao Governo e às forças de direita que o apoiem que a verdade venha ao de cima» — saíen-

tou o camarada Vítor Carrasco, falando em nome da Concelhia, cuja intervenção abordaria ainda algumas questões actuais da vida no concelho.

Antes das duas intervenções, a freguesia do Escoural, presente em peso no comício do PCP, fez um minuto de silêncio em homenagem à memória de Caravela e Casquinha, tendo-se recordado também o presidente da Junta de Freguesia, camarada Albino França, vítima de acidente de viação recente.

Na tribuna do comício («Demissão do Governo», «Punição dos criminosos», «Reforma Agrária vencerá» — eram as inscrições que apresentava) encontravam-se elementos da Comissão Concelhia do PCP,



Santiago do Escoural: determinação em defesa da Reforma Agrária. Em primeiro plano, na tribuna, familiares dos dois trabalhadores assassinados, que, como habitualmente, ocuparam lugar na tribuna do comício

trabalhadores comunistas das UCP's do concelho, membros do Partido com responsabilidades nas autarquias, os pais de António Maria Casquinha e a viúva de José Geraldo Caravela.

Também presentes os camaradas Álvaro Cunhal (da sua intervenção publicamos à parte alguns extractos) e António Gervásio, membro da Comissão Política do Partido.

Depois do comício, correu numa atmosfera de combatividade e de coragem uma romagem pelas campas dos dois militantes comunistas caídos da luta.

Intervenção de Álvaro Cunhal no Escoural

Ofensiva global contra as liberdades e o regime democrático

«Assinalamos aqui hoje um crime que marca o caminho da ofensiva da reacção contra a Reforma Agrária e contra o Portugal de Abril. Continua a existir o perigo de que se pratiquem mais crimes em acções repressivas» — afirmou Álvaro Cunhal. «Mas existe um outro e ainda mais grave perigo» — advertiu o secretário-geral do PCP. «O grande perigo da hora presente é que as forças que estão no Governo, o Governo M. Soares/M. Pinto (com o apoio de toda a reacção), transformem a repressão e a violência em política oficial, em política do Estado, em política institucionalizada, aparentemente legalizada através de leis inconstitucionais aprovadas na Assembleia da República por essa sinistra maioria de deputados da reacção e de M. Soares.»

«O PCP acusa o Governo de ter passado a uma ofensiva global contra as liberdades e contra o regime democrático. Para salvar o regime democrático e tudo quanto o nosso povo conquistou com o 25 de Abril, é necessário e urgente demitir o Governo Soares/M. Pinto» — declarou Álvaro Cunhal que, de seguida sublinhou que esta é uma «acusação inteiramente justa que podemos provar, com provas concretas e evidentes, com as provas dos factos, com as provas na mão.»

Limitação das liberdades

«Em primeiro lugar: nós acusamos o Governo Soares/M. Pinto de limitar, impedir e em muitos casos tentar liquidar liberdades e direitos essenciais» — referiu Álvaro Cunhal que destacou depois, de forma detalhada, numerosos aspectos da ofensiva contra os direitos e liberdades democráticas (tais como os impedimentos do «exercício de direitos sindicais», a multiplicação de processos disciplinares nas empresas, os «atentados ao direito de propaganda» e a sua destruição, o impedimento «da posse de direcções democraticamente eleitas em sindicatos e outras organizações de massas», o impedimento «da utilização de locais públicos», a «monopolização e instrumentalização» pelo Governo e partidos do Governo da comunicação social estatizada, etc.)

Neste âmbito, Álvaro Cunhal sublinhou que o Governo prepara uma série de leis contra as liberdades democráticas, designadamente uma «nova lei contra o direito à greve», uma nova lei contra o direito de organização dos partidos, uma nova lei «contra a liberdade sindical», uma nova lei contra o direito de reunião e manifestação.

«Mário Soares» — referiu o secretário-geral do PCP — «sempre se quis apresentar como candidato ao título de «campeão das liberdades». Parece, agora que se quer candidatar

ao título de «coveiro das liberdades». M. Soares sempre acusou caluniosamente o PCP de ser um inimigo das liberdades e da democracia. E eis que os acontecimentos comprovam, dia a dia, que o PCP, hoje como no passado, é o mais consequente, firme e constante defensor das liberdades e do regime democrático.»

Repressão e violência

«Em segundo lugar: nós acusamos o Governo Soares/M. Pinto de utilizar a repressão e a violência para impor a sua política antipopular, antidemocrática e antinacional» — afirmou Álvaro Cunhal que enunciará depois, com referências precisas a datas e locais, as numerosas acções repressivas desencadeadas desde a tomada de posse do actual Governo: («cargas policiais contra trabalhadores», prisão de dirigentes e activistas sindicais, intervenção policial na Mútua dos Pescadores, etc.)

O secretário-geral do PCP afirmaria a este propósito que «quando da grande movimentação popular que atirou abaixo o governo AD e quando das eleições antecipadas, Mário Soares aparecia com voz mansa a falar de «concertação», de «diálogo», de «pacto social» e de «paz social». E, afinal, desencadeou e desencadeia a «guerra social» contra os trabalhadores e o povo, «a guerra contra as conquistas de Abril, apoiado nos cães policiais, nos bastões, nas espingardas».

Organização de um Estado policial e totalitário

«Em terceiro lugar: nós acusamos o Governo Soares/M. Pinto de estar a organizar um aparelho repressivo de tipo fascista e um Estado policial e totalitário, no qual a vida democrática seria substituída pela perseguição e a violência» — afirmou Álvaro Cunhal, acrescentando que o Primeiro-Ministro e o Governo «em vez de cuidarem de apertar as forças necessárias à defesa, à segurança e à ordem democrática organizam, preparam, apertam e municiam forças educadas no ódio aos trabalhadores e no mais primitivo e grosseiro ódio anticomunista.»

O secretário-geral do PCP referiria, neste âmbito, o «reforço dos corpos especiais de repressão», a «criação dos serviços de informações», a proposta de «lei de segurança interna», novas «leis e regulamentos relativos à função pública»,

Impedimentos ao funcionamento das instituições

«Em quarto lugar: nós acusamos o Governo Soares/M. Pinto de estar a impedir e a liquidar o funcionamento democrático das instituições e a tentar liquidar, através de uma ofensiva planificada, características e aspectos essenciais do regime democrático» — afirmou também Álvaro Cunhal.

Citará, a este respeito, o «pacote autárquico», «nova legislação, projectos de lei e medidas», que «afectam a independência dos tribunais e visam governamentalizar a Justiça», planos e projectos de «alteração profunda do sistema eleitoral» que classificará de «não só antidemocráticos mas inteiramente inconstitucionais», os quais, com a violação do princípio constitucional da proporcionalidade, tem o objectivo de «transformar as eleições em mascaradas dignas do salazarismo e do marcelismo que permitiriam a Soares e à reacção conservarem-se indefinidamente no Poder, mesmo tendo contra eles a esmagadora maioria do Povo.»

Provocação e terrorismo

«Em quinto lugar: nós acusamos o Governo de Soares/M. Pinto de utilizar sistematicamente contra a oposição e particularmente contra o movimento operário e o PCP os métodos de provocação mais ignóbil» — declarou Álvaro Cunhal, referindo depois as campanhas não apenas de diversão, mas de «terrorismo ideológico» com recurso «à mentira, às calúnias mais vis, às deturpações e às informações truncadas e tendenciosas.»

«Mas já que se fala em terrorismo — disse A. Cunhal — interessa também dizer duas palavras sobre o terrorismo de tipo violência física, dos assaltos a bancos e dos atentados à bomba. E interessa dizer duas palavras sobre essa matéria, porque o Primeiro-Ministro e o Governo e a sua propaganda, entre as mais infames calúnias que propagam, propagam a ideia de que o terrorismo é afinal obra do PCP.»

Depois de se referir aos recentes atentados terroristas ocorridos na zona da Reforma Agrária e noutros locais, Álvaro Cunhal sublinhou que «o terrorismo visa desacreditar e comprometer a luta popular», dar «pretextos à repressão» contra os trabalhadores e «fornecer uma base para as provocações» governamentais acrescentando que «o terrorismo é uma arma da reacção e só à contra-revolução aproveita, só ao Governo

aproveita para justificar a criação de um Estado totalitário e a repressão. Reclamamos medidas sérias para pôr fim ao terrorismo. Aprovamos inteiramente a posição tomada pelos trabalhadores da Reforma Agrária, pelos municípios, pelas organizações do Partido, de firme repúdio dos atentados bombistas».

Assalto às Forças Armadas

«Em sexto lugar: nós acusamos o Governo Soares/M. Pinto de estar de novo a tentar o assalto às Forças Armadas, com o claro objectivo da sua partidização e instrumentalização e a sua posterior utilização contra os trabalhadores e o movimento popular, contra as forças democráticas e patrióticas, como instrumentos não de defesa da Pátria e do regime democrático, como constitucionalmente lhes compete, mas de repressão policial e de liquidação do regime democrático e das suas conquistas» — acrescentou Álvaro Cunhal referindo depois como «preocupantes» entre outros aspectos a «reintegração dos oficiais fascistas afastados com o 25 de Abril», «a Lei Orgânica do Ministério da Defesa, (que «retira atribuições às chefias militares para as concentrar nas mãos do ministro da Defesa rodeado por Direcções-Gerais com grande capacidade de acção»).

Álvaro Cunhal acentuaria depois que o motivo porque o Governo desencadeia esta ofensiva contra as liberdades democráticas e o próprio regime democrático é porque, «existindo o regime democrático e existindo as liberdades e direitos consagrados na Constituição», o Governo «não consegue abafar e vencer a resistência e a luta popular, não consegue realizar os seus sinistros planos de liquidar a Reforma Agrária, as nacionalizações e as outras grandes conquistas de Abril, não consegue restaurar o poder dos monopólios e latifundiários que exploraram ferocemente e oprimiram o nosso povo durante os 48 anos de ditadura fascista. Esta ofensiva global contra as liberdades e o regime democrático justificam só por si a urgência da demissão do Governo» mas «há outras razões» tais como «o brutal agravamento das condições da população, as medidas ilegais visando a liquidação das nacionalizações e da Reforma Agrária, o agravamento catastrófico da situação económica nacional e as crescentes concessões ao imperialismo.»

A «urgente demissão do Governo PS/PSD» — sublinhou Álvaro Cunhal — é uma «tarefa do povo, dever das instituições e imperativo nacional».

Vila do Bispo: quem caça com gato é porque não tem cão...

Vila do Bispo é um concelho com perto de 176 quilómetros quadrados; várias das suas povoações têm a pesca como actividade principal. O ponto «onde a terra acaba e começa o mar», Sagres, é a sua extremidade. O turismo começa a desenvolver-se, principalmente em Salema, Burgau e Sagres. Mas os pescadores, ou quem atravessar o concelho de viatura, só se podem abastecer de combustível na única bomba do concelho, em Sagres. Dizia o ditado popular: «quem não tem cão caça com gato». Dizia Mário Soares: «Iremos que viver com aquilo que temos». Diz o povo do concelho de Vila do Bispo: «Não!».

Barão de São Miguel: uns andam a cavalo, os outros...

No largo da aldeia, um grupo de idosos espera o tempo passar. Um pouco mais acima, Alvaro Cunhal conversa com diversos habitantes da terra. Depois dirige-se ao grupo de anciãos e o diálogo estabelece-se rapidamente. José Tavares tem quatro carteiras profissionais. «Nunca tive falta de vontade de trabalhar. Agora já vou tendo porque não me dá valor nenhum.» Imediatamente vem o desabafo. O porquê desta falta de vontade é simples. É que isto, senhores, e assim: «o intermediário nunca anda a pé, anda seis meses a cavalo de quem produz e outros seis meses a cavalo de quem consome», e nós... Pois!

Roubar verbas e «oferecer» encargos

Além de retirar verbas e meios às autarquias, na sua ofensiva furiosa contra o Poder Local democrático, o Governo

Soares/M. Pinto também «oferece» encargos e responsabilidades aos Municípios. «O último caso», como se salientou no comício do Escoural, na intervenção da Concelhia do PCP, «é o das transferências para as Câmaras dos encargos com os transportes e com as cantinas escolares; por exemplo, a nossa Câmara vai gastar 2403 contos em transportes de alunos só no primeiro trimestre e o Governo só lhe envia para esse mesmo período 1587 contos, isto é menos 816 contos.» Em Vila do Bispo, a situação não é menos caricata. Como revelaria o presidente da Câmara, camarada José António Spínola, o Governo vai transferir apenas 156 contos para as despesas com o transporte dos alunos, nos próximos três meses, «quantia ridícula» que originará «uma situação preocupante que teremos de esclarecer junto das entidades responsáveis». Esta é boa: 156 notas de mil para três meses de transporte escolar num concelho sem uma única escola preparatória (existem apenas dois postos de Telecola em todo o concelho) ou secundária...

Mas ainda no concelho de Vila do Bispo, e tal como o presidente do Município salientou, «esta Câmara construiu e pagou duas escolas para o ensino pré-primário, que estão fechadas porque o Ministério da Educação não colocou os professores». É melhor não contar mais.

A solidariedade veio do Alentejo

Em Figueira (povoação da freguesia de Budens), o camarada Álvaro Cunhal afirmou que «o dinheiro não se fabrica. Ou há, ou não há. E, não havendo, não se podem resolver muitos problemas». Falava a propósito da actuação da Câmara Municipal de Vila do Bispo e das freguesias do concelho. Em todas as localidades visitadas foi sintomático que alguém dissesse que «eles têm feito o que podem, não têm é dinheiro». Mas, quando a Lei das Finanças Locais é subvertida, quando o Governo aposta na destruição do poder local democrático, as autarquias que apostam na solução dos problemas do povo unem-se e, de braços dados, ajudam a resolver as carências dos concelhos.

É uma história assim que vos queremos contar. Passa-se em Vila do Bispo e os seus intervenientes são de locais um bom bocado mais a norte. É uma história de solidariedade e poderia começar assim, ao jeito dos contos de fadas (esta, porém, é uma história de homens e da sua força): Era uma vez um concelho de uma das extremidades de Portugal que era muito pobre e os seus habitantes viviam tristes. As estradas estavam uma miséria e não havia com que as arranjar. Não havia dinheiro, não havia máquinas... apenas uma retroescavadora para 176 quilómetros quadrados. Um dia, sabendo da situação, dois concelhos que não ficavam em nenhuma extremidade do País e que nem por isso são muito mais ricos do que o primeiro, decidiram ajudá-lo. E então, para que as estradas pudessem ser melhoradas, enviaram para lá uma caldeira e um cilindro... Hoje, os melhoramentos estão em marcha com esta preciosa ajuda. É uma história de solidariedade. É uma história de vitalidade do Poder Local democrático. Os seus intervenientes são Vila do Bispo, Aljustrel e Castro Verde. Ponto final.

Burgau: a vontade de ir para a frente

«Olhe, o senhor desculpe, mas é que eu faço parte de uma cooperativa de habitação económica». Foi assim que uma habitante de Burgau se dirigiu a Carlos Brito. O problema era simples: na freguesia de Budens, de que fazem parte Salema e Burgau, «há muita gente que não sabe se a casa aguenta mais este Inverno»; então juntaram-se e resolveram formar uma cooperativa de habitação económica com 78 cooperantes, distribuídos pelas três localidades. Só que, por causa de um erro (SARL em vez de SCRL) ainda não lhe concederam subsídios, e agora... é esperar que a casa desabe. Mas os cooperantes não esperam parados e vão-se mexendo para conseguirem os seus objectivos. Foi assim que, aproveitando a visita dos deputados do PCP eleitos pelo círculo algarvio, foram até ao largo das camionetas dizer da sua luta e do seu projecto.



Encontro com o secretário-geral do PCP no novo Centro de Trabalho em construção

S. Bartolomeu de Messines Visita à obra do novo Centro de Trabalho do PCP

Para vários camaradas «é quase como um filho». Muitas preocupações. Muitos dias de conselheira e responsabilidade assumida. E muito orgulho, também. Nasceu há pouco tempo. Vai agora crescendo a pouco e pouco, apoiado no carinho e na solidariedade. A «apresentação» está feita. Falamos do novo Centro de Trabalho do PCP em S. Bartolomeu de Messines, uma das sete freguesias do concelho de Silves, onde Álvaro Cunhal esteve no domingo de manhã, último ponto desta sua deslocação por terras do Algarve. Onde existia um prédio velho, que se demoliu, está hoje



na principal rua da freguesia a estrutura de um edifício de sólida construção, que será concluído «daqui a um ano, se tudo correr bem...» Quer isto dizer: se prosseguir, como tem acontecido, a solidariedade e a ajuda dos comunistas... e não só.

«Desde o início» — dizem-nos — quando demolimos o prédio velho e arrancámos para a construção (1980/81), desde essa altura até agora já conseguimos cerca de mil contos, numa campanha que entretanto decorre e para a qual solicitamos, através do nosso «Avante!», a colaboração dos messinenses que actualmente estão fora da sua terra, tanto no país como no estrangeiro».

Mas o dinheiro não é tudo. Para que o Centro cresça (3 pisos, 7 salas) outras ajudas têm sido recebidas. São as inúmeras horas de trabalho voluntário («há aqui uma dúzia de camaradas que desde que isto começou nunca mais tiveram fins-de-semana nem férias»). São as ofertas em materiais diversos, da areia ao cimento, do tijolo ao cascalho. Ofertas que não vêm só dos comunistas ou dos simpatizantes do Partido. «Até gente do PSD tem ajudado em materiais... E já agora, aqui fica «outra»: o próprio presidente da Junta, militante do PS, ali estivera no dia anterior, mani-

festando o seu contentamento pela obra.

Uma bela manhã de sol, muita gente na rua e no Centro de Trabalho. Bandeiras hasteadas, a nacional e a do Partido. Dia de festa e também jornada de estímulo para a continuação das tarefas que se colocam aos comunistas. Tarefas políticas, de esclarecimento da população, de luta abnegada em defesa dos direitos dos trabalhadores, dos agricultores, do povo e da juventude. Tarefas de reforço do Partido, incluindo naturalmente a conclusão do novo Centro.

«Não se trata de um comício», mas sim de «um encontro entre camaradas», foi assim que o secretário-geral do PCP caracterizou os momentos que ali se estavam a viver.

«Uma vez que aqui estamos certamente os camaradas também querem ouvir alguma coisa sobre a forma como a direcção do Partido vê a situação nacional e a saída para essa situação» — depois foi uma intervenção seguida com vivo interesse. Onde se abordou o exemplo de trabalho e empenhamento dos comunistas de S. Bartolomeu de Messines, para a construção do Centro, e onde a situação política actual — com destaque para a ofensiva anti-democrática do Governo PS/PSD — foi tema em foco.

Uma noite diferente em Lagos

Lagos — uma noite agradável, bem ao jeito do Algarve, pôde no último sábado um comício do PCP, com a participação do camarada Álvaro Cunhal, que durante a tarde tinha realizado vários encontros com as populações do concelho de Vila do Bispo. Foi uma noite diferente em Lagos. Centenas de pessoas, de todas as idades, de estranhos e nacionais, aderiram ao comício que a organização do PCP dirigiu a toda a cidade, e que lhes foi feito através da instalação sonora instalada no largo fronteiro à Câmara. Música estrada e também ao vivo, a intervenção de um jovem músico acompanhado da sua irmã, Jorge Lomba, que, numa interpretação alegre, fez bater o pé ao som de canções bem conhecidas. Uma assistência numerosa, onde sobressaiu lá na frente, perto da tribuna improvisada, um conjunto de jovens co-

munistas com as bandeiras da JCP, ouviu e aplaudiu intensamente duas intervenções: a da Comissão Concelhia de Lagos do PCP, lida pelo camarada José Veloso, e a de Álvaro Cunhal (a que nos referimos em texto separado). Duas intervenções que, pegando em aspectos diferentes de uma mesma realidade, puseram a nu a política de direita praticada por executivos — no caso concreto de uma Câmara Municipal (a de Lagos, dirigida arbitrariamente por gente do PS), e a de um governo que lança o País inteiro no caos. Na intervenção lida pelo camarada José Veloso, as irregularidades e a prepotência da actuação da maioria PS na Câmara de Lagos foram firmemente desmascaradas. «Neste mandato — frisou —, a maioria absoluta PS actua como se a Câmara e o concelho fossem sua propriedade, e deita para trás das costas as preocu-

pações de organização e funcionamento camarário de verdadeiro conteúdo democrático». A contrastar com a política autárquica PS, o palco improvisado tinha como pano de fundo uma silhueta da ponta de Sagres fazendo conjunto com a palavra de ordem «com o PCP continuar Abril!». Em cima do estrado — onde estavam os membros da Comissão Concelhia e José Vitoriano, da Comissão Política do CC e Carlos Luís Figueira, do CC — desmascarou-se a política da Câmara Municipal e do Governo e falou-se das soluções preconizadas pelos comunistas. Na praça, respirava-se Abril. Respirava-se o entusiasmo e alegria de quem quer continuar Abril. Na praça estavam aqueles que sabem que «o remédio começa na demissão deste governo, que a alternativa é um governo democrático.»



Lagos: um comício combativo

Intervenção de Álvaro Cunhal em Lagos

Quem sofre com esta política

Na sua intervenção no comício em Lagos, pronunciada de improvisado, Álvaro Cunhal, começando por se referir ao «agravamento das condições de vida do nosso povo», acentuou: «É bom lembrar que há mais de meio milhão de desempregados. É bom lembrar que há mais de 150 mil trabalhadores com os seus salários em atraso. É bom lembrar, como aliás aqui já foi recordado, que hoje se tornaram generalizados os contratos a prazo, os contratos por períodos curtos em que os trabalhadores estão por tempo indeterminado nas empresas sujeitos aos despedimentos sem justa causa e sem quaisquer garantias sociais. «É bom lembrar que as mulheres e os jovens são os primeiros sacrificados nesta política, os primeiros discriminados no aspecto salarial, no aspecto social. «É bom lembrar que os reformados e os deficientes por vezes vêem as suas reformas levemente aumentadas, uma pequena migalha logo comida pelos aumentos de preços, que reduzem a nada esse mesmo aumento. «É bom lembrar que não são apenas os trabalhadores que sofrem esta política. Também os pequenos e médios agricultores, os pequenos e médios comerciantes e industriais, os intelectuais e quadros técnicos, todos sofrem esta mesma política que visa agravar a exploração do nosso povo para que possam enriquecer, para que possam de novo acumular capitais, para que possam, reconstituir esses grandes potentados financeiros que dominaram o nosso país durante 48 anos de fascismo. «Neste comício são bem conhecidos os efeitos desta política: se se fala em contratos a prazo, se fala em salários em atraso, se fala em despedimentos, se fala em encerramento de fábricas, se fala em fábricas que ainda não estão encerradas, mas onde os trabalhadores já não recebem salários, porque há exemplos bem conhecidos e, certamente, estarão aqui trabalhadores e trabalhadores que conhecem essas situações. «Na hotelaria, é corrente aqui o uso dos contratos a prazo, de três meses, dois meses, poucos meses mais. Talvez aqui estejam trabalhadores da fábrica Aldibel, de conservas, que está fechada desde 82; ou trabalhadores da Abripimento, encerrada também há dois anos, ou trabalhadores da Lacobel, onde há salários em atraso. Ou da construção civil, trabalhadores que se encontrem no desemprego. «E em relação aos pescadores, certamente que aqui estarão pescadores, eles sabem bem o que é que representa a política do governo, o que é que representa o aumento do gasóleo, o que é que representam as percentagens que são descontadas do seu produto. É conhecida de todos uma situa-

ção de agravamento da situação material, da situação cultural, porque há degradação no ensino, porque há dificuldades dos jovens para entrarem nas escolas, ou uma afluência para as quais não há construções nem professores; quantas são as escolas construídas pelas autarquias APU sem que o Ministério da Educação se resolva finalmente a criar os professores respectivos?». **Na indústria, no comércio na agricultura** Mais adiante, depois de frisar que a política de recuperação capitalista seguida nos últimos anos, longe de melhorar a situação da economia nacional a tem agravado, sublinhou: «Esta política de recuperação capitalista tem representado um agravamento constante, cada vez mais grave, mais profundo, da nossa economia nacional. «Eles lançaram a ofensiva contra os trabalhadores, mas também contra as nacionalizações, desagregando as empresas nacionalizadas, tirando-lhes os sectores rentáveis, vendendo aviões, vendendo barcos, vendendo os bens das empresas nacionalizadas, para conduzirem as empresas a uma tal situação que depois possam justificar uma entrega ao capital privado. «Levaram a cabo a ofensiva contra a Reforma Agrária, arrancando mais de meio milhão de hectares de terras às cooperativas no Alentejo e no Ribatejo. Mas esse meio milhão de hectares de terras está na maior parte abandonado, ao mesmo tempo que dezenas de milhares de trabalhadores que trabalhavam nessas terras se encontram desempregados. «Em relação às pequenas e médias empresas — não somos nós que o dizemos, são as organizações sociais dos pequenos e médios comerciantes que afirmam — há milhares de falências em virtude dos encargos que têm. «E em relação à lavoura, para não falar já da Reforma Agrária, os pequenos e médios agricultores sabem bem o que representam os aumentos dos factores de produção, do gasóleo, das sementes, dos adubos, dos pesticidas, dos fungicidas. Sabem bem como muitas vezes têm produtos sem escoamento, sem preços compensadores ao mesmo tempo que os produtos agrícolas chegam ao consumidor a um preço que não se lhe pode tocar. Sabem bem que o Governo tem condenado a lavoura, tem condenado a agricultura, que está ao abandono em certas regiões, como se desprende de uma visita ao Algarve que hoje fizemos, na qual chegando a muitas povoações e perguntando pela situação da agricultura o que nos disseram é

que nesta região, aqui do Algarve, a agricultura está abandonada e a maior parte dos agricultores não pode tirar os recursos necessários do seu cultivo». **Ter a maioria mesmo com menos votos** Álvaro Cunhal apontou depois a ofensiva legislativa em curso no sentido de alterar a própria natureza do regime, afirmando, nomeadamente: «Já começam a falar de novas leis eleitorais. E para quê? Qual é o seu fim? Para que querem novas leis eleitorais? É porque têm medo. Têm medo da derrota. Têm medo do Partido Comunista e de outras forças democráticas, de outros partidos democráticos que se venham a criar — e que muito provavelmente se virão a criar — com possibilidades de uma grande base, social, política, eleitoral. Têm medo de perder as eleições. E como têm medo de perder as eleições já querem revogar um princípio essencial da nossa Constituição, que é o princípio da proporcionalidade, que significa: quantos mais votos mais deputados. Já não lhes serve este regime em que terá mais deputados quem tiver mais votos. E por isso mesmo, quem lê a imprensa da direita ou quem ouve aquilo que muitos dizem na Televisão e na Rádio — sabem bem que há já muitos projectos de leis eleitorais que procuram reduzir os círculos eleitorais, de forma a que haja só um candidato para ficar um só eleito; procuram duas voltas nas eleições de maneira que à primeira volta, por exemplo, se nós comunistas tivermos 49 por cento dos votos e eles tiverem votações muito menores, haja uma segunda volta para que eles se juntem todos, na tentativa de nos bater. Já procuram todos os processos técnicos, os processos mais falsos para virarem amanhã mesmo com minoria de votos, mesmo derrotados nas eleições, ter a maioria de deputados. É esta a ofensiva que estão a fazer contra as leis eleitorais. Tal como preparam outras leis contra liberdades e direitos dos cidadãos». **Eleições presidenciais e demissão do Governo** Outro tema focado no improvisado foi o das eleições, tendo Álvaro Cunhal, nomeadamente, acentuado: «Os camaradas muitas vezes têm ouvido falar na possibilidade de demissão deste Governo aquando das eleições presidenciais. Nós vemos que não pode ser. E não pode ser por

duas razões: a primeira é que o povo não pode esperar Dezembro de 1985 para que este Governo vá abaixo. O nosso país necessita imperiosamente que este Governo seja demitido. É um imperativo nacional, é a vontade do nosso povo, é a defesa da democracia, é a defesa da nossa independência nacional. Em segundo lugar porque pensamos que é arriscado mesmo para as eleições presidenciais deixar que continuem no poder um Governo que não faria, se continuasse, para impedir que essas eleições fossem eleições verdadeiramente democráticas. E por isso temos afirmado que não são as eleições presidenciais que devem abrir o caminho à demissão do Governo e a formação de um governo democrático, mas ao contrário: é a demissão deste Governo e a formação de um Governo democrático que devem criar as condições mais favoráveis para uma vitória democrática nas eleições presidenciais de Dezembro de 1985». **PCP força indispensável** Já a terminar a sua intervenção, Álvaro Cunhal diria, depois de se referir às principais direcções de luta apontadas pela última reunião do CC do PCP: «Fala-se, e nós também já temos referido, da possibilidade da mudança do quadro partidário. É possível que se venham a formar novos partidos democráticos. É até possível, e até provável, que novos partidos democráticos possam vir a ter uma intervenção bastante importante na vida nacional e nas alterações da vida nacional no sentido de uma alternativa. Mas nada dispensará o reforço do Partido Comunista: Partido dos Trabalhadores, Partido do povo, que o povo sabe que em quaisquer condições estará sempre com os trabalhadores, estará sempre a defender os seus interesses, estará sempre a defender as liberdades e os direitos dos cidadãos, estará sempre defendendo o Portugal de Abril. «É com essa certeza que nós dizemos aos nossos camaradas e amigos que é necessário lutarmos, que é necessário unirmo-nos. Mas em relação a todos os camaradas que estão aqui conosco, dizemos que é necessário reforçarmos o nosso Partido, a nossa militância; que venham ao Partido Comunista Português aqueles portugueses e portuguesas, homens, mulheres, jovens, que entendem finalmente que podem ter o seu lugar num Partido inteiramente dedicado a dar a sua máxima contribuição, na medida das suas forças e possibilidades, para que Portugal possa ter uma política ao serviço do nosso povo e da nossa Pátria».

PCP

Álvaro Cunhal no Algarve e no Alentejo

Lagos: «não se perdeu nada com a troca...»

Censura, medo do esclarecimento, negação do direito de expressão pública das opiniões — não são «coisas» do passado? Ora, amigo leitor, na Câmara Municipal de Lagos (maioria absoluta PS) parece que não, como uma vez mais se confirmou a propósito da realização do comício do PCP, com Álvaro Cunhal, no sábado à noite. Sem papas na língua, o camarada José Veloso, intervindo em nome da Comissão Concelhia do Partido, explicaria aos milhares de presentes:

«... Parece-nos bom explicar por que nos encontramos a fazer estas intervenções neste estrado e nesta praça, quando mesmo aqui ao lado, por detrás do edifício dos Paços do Concelho, está vazio e às escuras um belo palco, que é propriedade do nosso Município e que parecia ser o mais indicado para esta nossa festa e comício. É evidente que não se perdeu nada com a troca, até porque não haveria melhor local do que este, a praça principal da nossa cidade, para o nosso Partido (...) se vir encontrar, na presença do seu secretário-geral, com a população do concelho de Lagos...»

E acrescentou: «Aqui nos sentimos bem, aqui estamos todos na sala de visitas da nossa casa, aqui estamos entre amigos. No entanto, diga-se que aquele palco foi pedido por carta à Câmara Municipal que, muito simplesmente,

não só não respondeu por escrito, como decidiu que o PCP não o podia utilizar para intervenção política: só para canto livre. Atitudes como esta, de censura activa e boicote ao direito constitucional de liberdade de expressão, parecia a todos que já teriam acabado com as conquistas do 25 de Abril, e mais bizarra esta proibição é por vir dos que apregoam por todos os lados que são grandes pluralistas e democratas. Aliás, nesse palco já esteve este Verão a Juventude Socialista, actuando como quis e ninguém se ofendeu ou protestou. A Juventude Socialista esteve naquele palco porque tinha o direito de lá estar, por mais razão nenhuma...»

Finalmente, comentou José Veloso: «Perante este acto de censura, vamos que os partidos e as pessoas se definem na prática e que o que se afirma pode ser muito bonito mas o que se faz é que conta para o juízo público. Há que ver ainda que, nestas atitudes repressivas, anda à mistura uma boa carga de medo à verdade e ao esclarecimento, que são o apanágio e a grande força dos comícios dos comunistas e razão de serem cada vez mais respeitados, admirados e ouvidos (...).»

Figueira: visita ao centro cultural

Figueira é uma povoação do concelho de Vila do Bispo com cerca de 300 habitantes. É uma pequena povoação onde as pessoas se dedicam essencialmente ao mar e à construção civil. Há nove anos não tinha

nada. Os que não trabalhavam esperavam impacientemente a morte e os outros iam vegetando entre a casa e o trabalho, esperando o dia em que já não tiveram forças para trabalhar. Só que, no dia 15 de Agosto de 1975, um grupo de pessoas decidiu ocupar uma casa desabitada há já vários anos. No passado sábado insistiram para que Álvaro Cunhal a visitasse. Foi o que aconteceu. Hoje, a antiga casa abandonada é um lugar confortável. Serve refeições, tem um bar e é simultaneamente centro cultural e centro de dia para a terceira idade. Hoje, os que já não trabalham lá passam os dias a conviver. Os outros, os que trabalham, vão até lá antes de irem para casa. E assim se vão trocando experiências e reconhecendo a viver.

«Apenas uns caboucos abertos...»

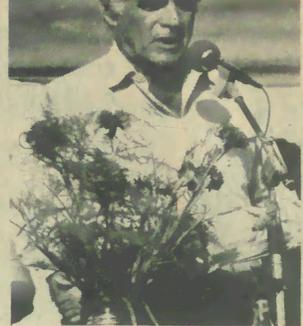
O ministro do Equipamento Social já esteve em Lagos. É evidente que foi recebido com toda a pompa e solenidade, principalmente na sessão realizada na Câmara, para que o governante pudesse fazer a sua discursata engravadada. Demagogia puxa demagogia, e eis que o ministro de Soares rapa de um despacho seu, também assinado pelo ministro das Finanças, em que se falava da transferência para a posse do Município de Lagos, para serem acabadas, 64 habitações em construção na cidade pelo ex-Fundo de Fomento da Habitação, que tinha a obra interrompida.

A intervenção da Concelhia do PCP no comício de sábado à noite vai contar-lhe, amigo leitor, o resto deste folhetim apaixonante: «Houve palmas e entusiasmo, perante tanta generosidade. Que bom ministro, que oferecia 64 habitações. Que boa Câmara, que aceitava. Simplesmente, a verdade era bem amarga, era outra. Não havia 64 fogos nenhuns... Apenas uns caboucos abertos, outros cheios, e uns poucos ferros para betão espetados no ar, podres e inúteis. A Câmara não tinha dinheiro, nem onde ir buscá-lo para a obra que (é claro!) já voltou para o ministro. A oferta fora pública e com palmas. Do "resto" nada foi dito à população...»

Sagres: às portas do porto...

Às portas do porto piscatório de Sagres nem tudo são rosas, senhores. O milagre foi feito, mas não resolveu completamente. Grande aspiração dos pescadores, a iluminação do porto de Sagres parecia que vinha aí a caminho. Parecia que vinha e a passos largos. No entanto, como diria o Governo, temos que contentar os pobresinhos, mas também não lhes podemos dar tudo de uma só vez senão tornam-se arrogantes. Então, vai daí e toca de lhes dizer que vão ter electricidade. Avança uma equipa para o local, instalam-se os postes, põem-se as lâmpadas, e pronto. Grande festarola. Depois, ala que se faz tarde e muito

obrigado a todos, o prazer foi todo nosso. Chega a noite e toda a gente espera ansiosamente pela abertura da luz eléctrica; é que há muitos pescadores no mar e as lâmpadas que encimam o porto servir-lhes-ão de indicação para o regresso, e assim acabarão os barcos encaalhados e os mortos no mar. E chega a noite e a luz não se acende. Espera-se mais um pouco, poderá ser que venha mais daqui a bocado. E hoje... Já não ficam embasbacados a olhar para as estrelas. Olham revoltados para os postes de iluminação, perguntando qual a sua utilidade. Tenham cuidado, senhores, que cada vez faz menos escuro em Sagres. Cada vez se faz mais luz na cabeça dos «pobrezinhos, coitadinhos, que são tão típicos...»



que aqui deixamos uma breve passagem: «A ofensiva contra a Reforma Agrária tem continuado e o Governo PS/PSD tem agravado as já duras condições de vida do povo trabalhador. No entanto, estamos confiantes, ou melhor: estamos certos de que vamos vencer e que a vitória será nossa. No nosso concelho existem 22 UCP's e Cooperativas em que trabalham e produzem cerca de 2200 trabalhadores, em 38 576 hectares. Tem sido, pois, um esforço gigantesco do povo do nosso concelho a defesa e o aumento da produção destas UCP's e Cooperativas. Com a ofensiva já foram roubados mais de 42 000 hectares e destruídos 1892 postos de trabalho... Mas a determinação, a esperança e a luta nunca morrem. É o Alentejo da Reforma Agrária!

É o Alentejo da Reforma Agrária!

Tal como Cabrela, Lavre, Nossa Senhora do Bispo, Nossa Senhora da Vila ou São Cristóvão, Santiago do Escoural é uma freguesia do concelho de Montemor-o-Novo, no Alto Alentejo. É terra de Reforma Agrária, terra de esperança e de confiança no futuro. E não será propriamente uma «novidade» dizer que no comício do PCP realizado no domingo à tarde essa bela mensagem esteve presente. Um exemplo: a intervenção da Comissão Concelhia do PCP, lida pelo camarada Vítor Carrasco, de

60 mil contos para comprar o Vitória Ganhar para a campanha os militantes e amigos do Partido!

Atingidos mais de 11 mil contos

11 265 217\$50 — este era o saldo da campanha de fundos para o Vitória, segundo o balanço de 1 de Outubro, não incluindo a receita das iniciativas na Festa do «Avante!». O contributo das organizações e sectores para a campanha estava, naquela data, assim registado:

Comité L. de Lisboa — 4 317 622\$00	S. Informação — 102 600\$00
DORL — 397 380\$00	Torres Vedras — 87 500\$00
Carnaxide — 618 000\$00	Sintra — 72 960\$00
Saúde — 601 140\$00	Olivais — 66 050\$00
V. Franca de Xira — 548 200\$00	CT Vitória — 80 350\$00
Bançóles — 380 437\$50	Maíra — 35 000\$00
F. Pública — 370 330\$00	S. Seguros — 33 453\$00
Loures Ocidental — 376 920\$00	SIP/DORL — 33 000\$00
S. Intelectual — 363 670\$00	Alenquer — 26 000\$00
Cascais — 315 348\$50	Sobral M. Agração — 25 000\$00
Loures Oriental — 292 257\$00	Arruda — 20 000\$00
S. Público — 217 520\$00	Azambuja — 0
Queluz — 130 700\$00	Cadaval — 0
Amadora — 128 098\$50	Lourinhã — 0
S. Sindical — 104 331\$00	Total: 11 265 217\$50

2.ª Assembleia de Vila da Feira

«O balanço dado nesta Assembleia à evolução da organização do Partido no concelho da Feira é extremamente positivo», sublinharia o camarada Jaime Serra, da Comissão Política do CC do PCP, ao discursar no encerramento dos trabalhos da 2.ª Assembleia da Organização Concelhia de Vila da Feira do PCP, que decorreu durante todo o passado dia 29, na Escola Preparatória local.

Na sua intervenção, e depois de uma larga referência à situação política e às posições do PCP à luz da recente reunião do CC, Jaime Serra, referindo-se à actividade partidária no concelho, acrescentaria:

«Aos 620 militantes contabilizados neste balanço, seria necessário acrescentar os 60 militantes das Freguesias de Arrifana, Pigeiros, Milheiros e Romariz que por razões práticas estão presentemente ligados à organização de S. João da Madeira.

«Ainda que não se possa considerar satisfatória a actual situação, tendo em conta que o Concelho da Feira é sob todos os aspectos o mais importante do Distrito de Aveiro, o progresso da organização é significativo, tendo em conta que na altura do 25 de Abril de 1974 contávamos com pouco mais de uma dezena de militantes em todo o concelho.

«Tendo em conta o peso da população trabalhadora e, em particular, da classe operária do concelho, a existência dum importante núcleo de quadros, espalhados por quase todas as freguesias, dum importante implantação do Partido nas principais indústrias e empresas, a existência duma crescente influência política e cultural e, finalmente, a existência dum Centro de Trabalho à medida das necessidades do Partido, por tudo isto, estou certo que os objectivos orgânicos definidos nesta Assembleia para os próximos meses, integrados nas campanhas de recrutamento de mais de 10 mil novos membros e do reforço das células de empresa, será

plenamente alcançado. Pelo êxito dessa tarefa, estamos certos que se responsabilizará dignamente e esforçadamente a Comissão Concelhia eleita nesta Assembleia.»

Aos trabalhos da Assembleia, no decorrer da qual foi eleita a nova Comissão Concelhia, assistiram como convidados membros e representantes do Movimento Operário e Popular assim como democratas do concelho.

2.ª Zona do CLL

Encontro de células de empresa

Nas instalações do Centro de Trabalho de Alcântara decorreu no último sábado um encontro de células de empresa da 2.ª zona do Comité Local de Lisboa (CLL) do PCP. Esta iniciativa, que registou a participação de cerca de 60 camaradas, inseriu-se na campanha em curso de reforço das células de empresa e na actividade preparatória da III Assembleia da Organização da 2.ª Zona do CLL, marcada para 18 de Novembro.

Durante o encontro foram intensamente debatidas as deficiências aos vários níveis desta frente de trabalho, recolheram-se ensinamentos e procuraram-se novas soluções e meios de acção para levar à prática as conclusões do encontro.

Como afirmaria o camarada José Casanova, da C. Política do PCP, na intervenção de encerramento, «o objectivo central estabelecido para este encontro foi reforçar as células de empresa, melhorar a sua estruturação e a sua intervenção no seio das empresas da zona.»

Além da análise concreta dos problemas actuais do funcionamento das células, o en-

Nesta semana um camarada de mais de 80 anos de idade ofereceu ao Partido, no âmbito da campanha para a compra do Vitória, as suas economias e objectos de valor.

Esta é uma face de uma campanha que decorre em toda a Organização Regional de Lisboa, onde são já muitos e diferentes os exemplos de vontade em reforçar o Partido e de ajuda numa tarefa de grande significado no plano da organização e da sua acção política.

Como referimos na última edição do «Avante!», a campanha dos 60 mil contos entrou numa nova fase. O envolvimento de toda a Organização Regional de Lisboa na campanha é condição essencial para o êxito desta nova fase, que, entretanto, ainda não atingiu um nível satisfatório de participação. É evidente que há sectores onde a compreensão da campanha se traduz em resultados concretos à altura dos objectivos estabelecidos. Mas esse não é o panorama geral e

há mesmo um ou outro sector com resultados muito baixos. Há vários sectores onde os materiais da campanha (rifas, cupões, listas, cartões de compromisso) estão muito deficientemente distribuídos. São, pois, necessárias muitas iniciativas nestas organizações do Partido, com vista à dinamização da campanha.

As metas de cada sector têm um determinado período de tempo para serem atingidas. E os organismos do Partido devem procurar garantir um ritmo que permita atingir esses objectivos.

Os progressos nas abordagens a militantes e amigos do Partido ainda são reduzidos face às possibilidades inventariadas por cada organismo de direcção.

Quanto ao quadro dos resultados que semanalmente fornecemos no «Avante!» há

que ter em conta que ele se limita aos valores depositados de que foram prestadas em seguida as contas respectivas. Discrepâncias que têm sido assinaladas correspondem a depositos de que ainda não foram prestadas contas.

Quanto aos materiais de propaganda, está a sair o boletim n.º 2 e as organizações estão a proceder à colagem de cartazes e à decoração do interior e exterior dos Centros de Trabalho.

Vários sectores têm programado a venda da rifa na rua, acompanhada de bancas.

Contamos publicar na próxima semana uma entrevista com camaradas da Organização Regional de Lisboa sobre a campanha.

Comunicados de organizações

Diversas organizações do Partido Comunista Português analisaram esta semana a situação política local e nacional.

Por absoluta falta de espaço, o «Avante!» não se pode fazer eco dos comunicados emitidos pela Direcção da Organização Regional do Porto, pela Comissão Distrital de Portalegre e pelas Comissões Concelhias de Louzã e Guimarães. Oportunamente daremos o devido relevo a esses materiais.

Como levantar a serigrafia de Mariano

Como anunciamos há duas semanas, os subscritores da serigrafia de Mariano Rodrigues que ainda a não tenham levantado devem fazê-lo até 15 de Outubro. Como? Vindo directamente à Redacção do «Avante!», no Centro de Trabalho da Rua Soeiro Pereira Gomes, ou pedindo-nos o seu envio pelo correio.

Num e noutro caso, recebê-la-ão em troca da quantia de dois mil escudos (em dinheiro, cheque ou vale do correio), que completará os 500\$00 da inscrição, a periferar o preço de 2.500\$00 atribuído a cada serigrafia.

Para quem quiser ou tiver que recorrer ao envio pelo correio será necessário juntar mais 130\$00 para portes, registo e embalagem (esta em

tubo rígido que protegerá adequadamente a serigrafia).

Após 15 de Outubro — e na falta de qualquer indicação dos subscritores — os exemplares não levantados serão enviados à cobrança.

Plenário no concelho da Moita

Para discussão das conclusões da última reunião do CC e do reforço da organização do Partido no concelho da Moita, realizam-se proximamente várias reuniões. Assim: 5 de Outubro, sexta-feira, às 15 h 30 — plenário de militantes no Centro de Trabalho da Baixa da Banheira; às 21 h 30, no Centro de Trabalho de Sarilhos Pequenos.

Para sábado, dia 13, às 15 h 30, está em preparação um plenário concelhio de quadros do Partido nas células de empresa, inserido na campanha de reforço destas. O plenário realizar-se-á no CT da Baixa da Banheira.

No dia seguinte, 14 de Outubro, um outro plenário, este aberto a todos os militantes, está programado para as 21 horas no Centro de Trabalho de Alhos Vedros.

Lisboa: plenário de fundos

Com a presença de José Casanova, da Comissão Política do CC do PCP, realiza-se no próximo dia 13, às 15 horas, no CT Vitória, um Plenário Distrital de Fundos votado essencialmente ao balanço da actividade do sector e às perspectivas de trabalho, tendo nomeadamente em conta a Campanha dos 60 mil contos.

A reunião destina-se a todos os camaradas responsáveis de fundos e de controlo financeiro, membros dos organismos de direcção e executivos dos sectores profissionais e comissões concelhias, funcionários do Partido e membros da DORL.

Noite Alentejana em Alvalade

Realiza-se no próximo sábado, às 21 horas, na Casa do Povo de Alvalade Sado, por iniciativa da respectiva Comissão de Freguesia do PCP, a 2.ª Noite Alentejana.

Para além de uma intervenção política, que estará a cargo do camarada António Borge, chefe de Redacção do diário, haverá uma parte de poesia, com os poetas populares José Lourenço e Sebastião Fernandes, fado, com António José e António Reis acompanhados por Manuel de Campos, grupos corais da Casa do Povo de Alvalade, Feminino da Junta de Freguesia de Ervidel e Os Amigos do Barreiro, e ainda música popular com o grupo Cantares de Setúbal.

Almoço em Vialonga

Amanhã, na Vialonga, às 13 horas, a organização local do Partido promove um almoço comemorativo do 5 de Outubro e do papel importante dos comunistas e de outros democratas na defesa das liberdades e do regime democrático.

O almoço (300 escudos por pessoa) integra-se também na campanha em curso para o reforço do Partido e a compra do edifício do Centro de Trabalho Vitória.

Marinha Mercante

Um plenário de comunistas da Marinha Mercante, englobando as células da CTM, CNN e Sopotona foi marcado para a próxima terça-feira, dia 9, com início às 19 horas no CT de Santos. Trata-se de discutir a situação política e social e as tarefas decorrentes, com referência especificamente a este sector.

Dar um pulo à Ajuda Afinal a Festa ainda não acabou...

Meses de trabalho a fio ergueram a Festa. Muito esforço, dedicação e engenho acompanharam regularmente os milhares de homens, mulheres e jovens que uma vez mais souberam pôr de pé um espaço que granjeou o indiscutível prestígio de constituir um local privilegiado de arte e cultura popular, desporto e espectáculo.

Depois a Festa aconteceu. Abertas as portas, cada um, durante três dias, colectivamente ou à sua maneira, tratou de viver. Intensamente...

Três semanas, mais dia menos dia passaram sobre a Festa. Recordações e imagens, ainda vivas, em cada um de nós, aguardam muito provavelmente o momento de serem renovadas em 1985.

Mas a fronteira entre cada festa e a seguinte não está propriamente situada no calendário, os seus contornos são tênues e esbatidos; talvez não

exista mesmo fronteira. Afinal de contas a Festa de 1984 ainda não acabou e a do próximo ano já seguramente começou. O trabalho de desimplantação que está a ser efectuado constitui uma prova disso mesmo. Com efeito, do que se trata agora, fundamentalmente, é de recuperar os materiais, acondicioná-los devidamente e armazená-los.

Esse o trabalho que está a ser feito, numa fase que os camaradas que se encontram no terreno consideram relativamente adiantada mas que, ainda assim é considerada insuficiente. Isto é, conforme nos explicaram, se houvesse um pouco mais de gente, a «coisa» poderia estar mais adiantada e o trabalho de desimplantação e de preparação da próxima festa concretizar-se-ia mais rapidamente.

Aliás, existem duas fortes razões para que assim aconte-

ça: a primeira, relaciona-se com a chegada do Outono e das suas chuvas, tempo que não é propriamente o mais indicado para que os materiais (sejam eles de que tipo for) possam estar expostos ao ar livre; um segundo aspecto tem a ver com a necessidade de libertar o mais rápido possível da Festa o maior número de camaradas que, naturalmente, poderão vir-se para outras tarefas que as crescentes responsabilidades do Partido colocam.

Daí, pois, o sentido do apelo que nos transmitiram e que aqui fica dirigido às células de empresa e organismos de bairro: dar um pulo ao Alto da Ajuda, aproveitando para tanto os fins de tarde e o próximo fim-de-semana prolongado para se dar um safo final na desimplantação. Já a trabalhar para a Festa de 1985. Uma festa ainda e sempre melhor!

Convívio — festa na Maia

Realiza-se no próximo sábado, às 15 horas, na Escola Preparatória da Maia e por iniciativa da organização da JCP no Concelho da Maia, um convívio — festa.

Esta iniciativa que tem lugar no âmbito da divulgação e dinamização do Congresso da JCP, contará com a presença de Samuel, há cinema e teatro, exposições, uma discoteca e, claro, haverá também um bar.

Quinta do Conde: CT avança

A construção do CT da Quinta do Conde, no concelho de Sesimbra, agora em fase decisiva, foi motivo para mais uma jornada de convívio onde a camaradagem e a vontade de «pôr de pé a obra» a todos uniram.

No almoço realizado este fim-de-semana participaram mais de 300 pessoas — número que entretanto foi aumentando no decorrer de iniciativas que se seguiram: as actuações de um grupo folclórico e de um coral alentejano de Pinhal de Frades, do conjunto de Maria Fernanda, da Quinta do Conde, e de uma jovem acordeonista, Patrícia.

O camarada Valdemar Santos, da DORS, numa breve intervenção referiu-se com particular destaque à questão do desemprego, que especificamente naquela zona vai atingindo mais e mais trabalhadores: «Aqui entre nós estão camaradas e amigos da Lisnave que recomçam a luta contra o sinistro plano do governo e dos Mellos, que tentam despedir mais 1200 trabalhadores daquele estaleiro. E, no entanto, conforme mesmo agora referia a RDP, o Primeiro-Ministro afirmou no Rio de Janeiro que o desemprego diminui em Portugal...»

A organização local da Quinta do Conde, animada com os êxitos obtidos na construção do seu local de trabalho político, conta organizar muito em breve outras iniciativas de convívio. Para celebrar, decerto, novos êxitos...

Festa em Águas de Moura

Águas de Moura vai estar em Festa amanhã, sexta-feira, por iniciativa da Comissão de Freguesia de Marateca do PCP. É a Festa «Sol Nascente» que se realiza no salão do Joaquim Lopes.

A festa começa logo pela manhã, às 8 horas, com o lançamento de foguetes. Depois, a partir das nove é para os mais novos, que serão animados, já às 11, por uma parreia de palhaços.

Mas o desporto vai estar em força na Festa do Sol Nascente. Assim, logo pela manhã, teremos uma ginanca de bicicletas e uma corrida de sacos abertas às crianças de todas as idades. Depois, será tempo de atletismo e, finalmente, às 18 horas é a vez do jogo da malha. Para os primeiros cinco classificados de todas as modalidades haverá medalhas.

Uma festa sem cantórias não é uma festa. Em Águas de Moura, às 21 horas, Luisa Basto e João Fernando animarão todos quantos lá forem. Antes, será a vez do Grupo Cantares (de Setúbal), do Grupo Operário de Praias do Sado e do grupo coral alentejano «Os Amigos do Barreiro». O camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP e director, do «Avante!» fará uma intervenção.

Como fim de festa, estarão presentes os grupos Terno d'Ouros, de Pinhal Novo, Duo Barreirense e o grupo de Banjo de Lagoa do Calvo.

Trabalhadores

Aumentar a eficácia da luta

Mobilizar e agir

• **A melhor forma de pôr em causa a política deste Governo é impedir a sua concretização — afirma o CN da CGTP**

«Tendo em conta as perspectivas de evolução da situação política, é indispensável que o movimento sindical mantenha a palavra ordem: Governo Rual!». Reafirmada nos comícios comemorativos do 14.º aniversário da CGTP-IN, designadamente em Lisboa e no Porto, com a presença de dirigentes nacionais da Central, aquela palavra de ordem foi analisada, reasumida e justificada a partir da acção sindical em três direcções: «resposta na defesa dos direitos e liberdades do regime democrático; resposta eficaz a todas as tentativas de acções antitrabalhadores do patronato e do Governo (dentro do princípio de que a melhor forma de pôr em causa a sua política é impedir a sua concretização); e capacidade organizativa mais forte a todos os níveis da estrutura» de modo a aumentar «a eficácia da luta».

A CGTP-IN, que convocou um Plenário Nacional para o próximo dia 13 em Lisboa, levou a cabo, como se sabe, um vasto programa de comemorações do seu 14.º aniversário e reafirmou, com dados efectivos, que «estamos em condições de prosseguir a nossa luta pelos objectivos centrais que definimos».

Assim, e segundo deliberação do Conselho Nacional, reunido sábado em Lisboa, «a acção sindical nos próximos meses será orientada prioritariamente para as cinco frentes seguintes: defesa das liberdades sindicais e democráticas; luta por melhores condições de vida e de trabalho; defesa do direito ao trabalho e segurança no emprego; defesa das nacionalizações e da Reforma Agrária; reforçar a organização — melhorar a capacidade de intervenção e acção».

Programa de emergência

Durante as comemorações, repletas de iniciativas que mo-

desenvolver acções contra a chamada «lei de segurança interna».

Um litro de leite por dia

«Um litro de leite por dia para cada criança», para além do abono de família de 1100 escudos agora reivindicado pela Inter, será o lema de uma campanha nacional em torno da degradação das condições de vida no nosso país. «Intensificar a luta e todas as acções de massas» pelos «interesses imediatos e concretos dos trabalhadores» é a imposição central do movimento sindical unitário.

No comício de Lisboa, em que participou, segunda-feira, Armando Teixeira da Silva, coordenador da Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP-IN, foi reafirmado que «as condições para unir e intensificar a luta apresentam novos factores favoráveis». Entre eles, o dirigente da Inter referiu o descontentamento popular, a necessidade de pôr termo a esta política, e o reforço da CGTP-IN em todos os planos em que está organizada e intervém.

Entretanto, a CGTP anunciava desde quarta-feira passada a realização de «mais de 50 iniciativas de empresa com a participação de dirigentes nacionais». Entre as empresas visitadas contam-se a CEL-CAT, a EDP, Centrel, CP, SIPE, Petroquímica (Sines), Argibay, SPF, Icosal, Cavan, Bruno Sanz, Lisnave (Rocha e Margueira), Carris, Livraria Bertrand (oficinas), Mague, Mer-

cauto, Metro, Sorefame, General Motors, Quimigal, Precix, Univac, Mundet «Caixa da Indústria» (Porto), Siderurgia Nacional e Parry & Son.

Além do comício no Porto, em que interveio no sábado Kalidás Barreto, membro da Comissão Executiva do Conselho Nacional, participaram nas iniciativas das comemorações, entre outros, os dirigentes nacionais e membros do executivo da Inter: Álvaro Rana, José Luis Judas, Manuel Lopes, Sá Pereira, Florival Lança, Joaquim Dionísio, Odete Filipe, Maria do Carmo Tavares, Carlos Carvalho, Manuel Carvalho da Silva, Rosa Maria Marques. As variadas iniciativas no âmbito das comemorações, bem recebidas e apoiadas pelos trabalhadores, contaram ainda com a acção sindical e a intervenção de dezenas de dirigentes regionais, activistas e delegados sindicais do movimento unitário por todo o País.

Pela baixa dos impostos

Uma das iniciativas mais próximas, a realizar em Lisboa no âmbito das decisões tomadas pelo Conselho Nacional de 29 de Setembro findo, decorrerá em 27 e 28 do corrente na Faculdade de Direito. É um seminário da CGTP-IN pela baixa dos impostos e pela recuperação do poder de compra. Esta já confirmada antontem, segundo informação da Inter, a apresentação, entre outros, de trabalhos do prof. dr. Teixeira Ribeiro, dr. Medina Carreira, dr. Augusto Mateus, dr. Mário Murteira, dra. Aurora Murteira, dr. Macaísta Malheiros, dr. Avelãs Nunes. Participarão ainda nos trabalhos do Seminário Nacional directores de contribuições e impostos, juizes e economistas.

No âmbito da organização nacional da Inter estão a ser preparados «estudos sectoriais sobre a carga fiscal» para serem debatidos no Seminário.

Segundo a CGTP, «em nota à imprensa, de antontem, «será a primeira vez no nosso país que se reunirão tantas personalidades e especialistas na matéria», objecto de estudo e discussão».



Na Rocha que, com a Margueira, emprega milhares de trabalhadores ameaçados de despedimento na Lisnave

Gestão contra o País
A estratégia Melo/Governo na Lisnave

• **Facturação perdida rondaria o meio milhão de contos em 4 semanas — acusa a DORS do PCP**

«A situação económica da Lisnave, pretensamente difícil, resulta de uma deliberada estratégia política de gestão ao serviço exclusivo do monopolista Melo», afirma a Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP. A DORS, depois de assinalar que todas as medidas do Conselho de Ministros de 27 de Setembro findo para aquela empresa satisfazem «propostas de José Manuel de Melo», reafirma que a Lisnave «não tem trabalhadores a mais». A prová-lo, acrescenta a DORS, «está o facto de, só no primeiro trimestre de 1984, terem sido feitas 221 mil horas por subempregados e 361 mil horas extraordinárias». Por outro lado, a campanha desenvolvida nas últimas quatro semanas pelo Governo e pelo grupo Melo teve como resultado o cancelamento de «encomendas de reparação na Lisnave, cujo valor de facturação rondaria os três milhões de dólares, perto de meio milhão de contos».

Recorde-se que já em 1978 a administração dos estaleiros de Almada pretendia despedir 2000 dos então 8500 trabalhadores. «Hoje, refere a DORS, apesar de serem apenas 6100 os efectivos da empresa, a administração e o Governo continuam a falar na necessidade de despedir mais trabalhadores».

Mas o objectivo não é a via-

der a parcialidade e falsidade que encerra».

Ao contrário do que afirmam o Governo e a administração da empresa, «os trabalhadores sabem e demonstram que a Lisnave é viável».

A DORS refere-se a «propostas muito concretas e fundamentadas que, caso fossem aplicadas, contribuiriam decisivamente para a resolução dos problemas dos sectores da indústria naval e da marinha mercante, com reflexos muito positivos para a indústria nacional».

Trata-se concretamente de propostas apresentadas pela Comissão Coordenadora da Indústria Naval, resultantes de «uma visão clara das causas e dos responsáveis pela actual situação da empresa».

Capacidade para competir

Segundo a DORS do PCP, a Lisnave é viável pela sua capacidade tecnológica, pela sua situação geográfica, pela sua mão-de-obra altamente qualificada e pelos salários praticados em relação a outros estaleiros concorrentes da Lisnave. Esses factores tornam-na «um estaleiro altamente concorrenciais, competitivo e, por conseguinte, economicamente viável».

Pelo seu lado, «operários, empregados e técnicos sempre assumiram as suas responsabilidades». O facto, refere ainda a DORS, é comprovado pelo «grande prestígio de que a Lisnave continua a disfrutar a nível internacional».

O comunicado saído da reunião da DORS no sábado conclui afirmando:

«Os trabalhadores da Lisnave têm uma elevada consciência de classe, tendo esta ficado demonstrada na resposta imediata e poderosa que desencadearam, repudiando o acordo do Governo Mário Soares/Mota Pinto com os Melos. Ficou bem demonstrada a unidade, a força e a determinação dos trabalhadores e a sua disposição de continuar a lutar na defesa dos seus postos de trabalho, pelo pagamento dos salários em atraso, na defesa das conquistas e regalias alcançadas, pelo futuro da Lisnave».

«A ALDORA do PCP, reunida em Almada em 29/9/84, ao mesmo tempo que repudia frontalmente as medidas decididas pelo Conselho de Ministros, lesivas dos interesses da economia nacional, da própria Lisnave e dos seus trabalhadores, está certa e confia na capacidade de luta dos trabalhadores da Lisnave, do sector da indústria naval e do distrito para, mais uma vez, em unidade reforçada, inviabilizarem os sinistros objectivos dos Melos e do Governo PS/PSD de destruir a Lisnave, unidade industrial absolutamente viável e necessária à economia nacional».

«A luta prosseguirá pela defesa dos postos de trabalho, do regime democrático, por uma nova política e um novo Governo, de acordo com os interesses nacionais».

«O Governo e os Melos serão derrotados. Os trabalhadores e o Portugal de Abril vencerão».



Escalada contra salários
Trabalhadores em luta por objectivos vitais

MDF, Dâmaso, Sepsa

Dos vidreiros à Função Pública, operários, empregados e quadros sem salários ou na perspectiva de os verem diminuir ainda mais no próximo ano (caso evidente dos TFP) através de várias formas de luta e diligências junto dos órgãos do poder e das administrações tentam travar a escalada deste Governo contra os primeiros direitos, liberdades e garantias de quem trabalha e cria riqueza para o País. Nos últimos dias, casos como o da Lisnave, (ver esta página) MDF-Metalúrgica Duarte Ferreira, fábrica Dâmaso Luis dos Santos, de Vieira de Leiria, da Sepsa no Porto, e da Algarve Exportadora, Rainha do Sado e Independência, em Matosinhos, Ucal, em Lisboa, e muitos outros obrigam os trabalhadores e as suas organizações representativas a defender, por todos os meios legais, postos de trabalho, salários, alguma estabilidade de emprego e algumas perspectivas de mudar de vida e viver melhor. O Governo faz ouvidos de mercador.

A falta de salários e de garantia de emprego continua a manter-se na primeira linha das lutas e acções de massas. Interrupções de trânsito ferroviário, cortes de estrada, concentrações, protestos junto de entidades oficiais e de ministros assinalaram nos últimos dias o percurso de lutas prolongadas como a da MDF e a dos vidreiros da região de Leiria e Marinha Grande.

Os trabalhadores, designadamente metalúrgicos da MDF,

depois do plenário de 25 de Setembro findo, cujas conclusões incluem um «plenário permanente», interromperam sexta-feira passada o trânsito ferroviário no Tramagal e no dia 1 dirigiram-se a Abrantes onde, aproveitando a presença do ministro da Cultura, Colmeira Martins, expuseram ao Governo, mais uma vez, a situação insustentável em que se encontra a empresa, os postos de trabalho, o não pagamento dos salários e a própria vila do Tramagal.

No dia 20 de Setembro, uma vigília em frente à residência do Primeiro-Ministro em São Bento fora interrompida pela PSP, acabando no entanto os trabalhadores da MDF, e os sindicalistas que os acompanhavam, aquela forma de luta e de alerta da opinião pública para circunstâncias de tal modo graves que são susceptíveis de atingir até postos de trabalho e trabalhadores que, mal informados, se julgam ao abrigo de situações semelhantes.

A administração da MDF responde às reivindicações dos trabalhadores com ameaças. Interrompe o diálogo e faz saber que, «em virtude da perturbação laboral existente, não será possível pagar os 70 por cento das retribuições anunciadas», etc. As «retribuições anunciadas» são salários em atraso e a «perturbação laboral» são formas legais e legítimas de exigir o seu pagamento.

Os trabalhadores da MDF, na óptica da administração da empresa, deveriam abandonar qualquer forma de luta. Quando os patrões são os primeiros

a causar «perturbação laboral» impedindo até que os trabalhadores possam simplesmente trabalhar, como se pode entender que o «saneamento» de empresas como a MDF dependa da miséria dos próprios trabalhadores, das suas famílias e de toda a vila do Tramagal?

Não há dinheiro para os salários da MDF, mas os patrões da MDF compram a fábrica Leão. Não há salários para a CIFA, mas o grupo Melo prospera. O patrão da Ameal oferece uma colher de sopa, mas os têxteis e as malhas vendem-se e vendem-se bem.

Quem não recebe salários na MDF conhece bem a história da empresa. Sabe dos seus recursos, das suas possibilidades. Não quer destruir a empresa, ameaçar a carteira de encomendas, pôr em perigo os postos de trabalho que restam. Não tem é outra maneira de receber os salários e poder trabalhar. Não lhe resta senão a via da luta. O Governo não providencia. O Primeiro-Ministro não recebe. O patrão interrompe as negociações. Diz que o conhecimento da situação da empresa não diz respeito aos

trabalhadores. Que se pode fazer?

Os trabalhadores respondem com o recurso à luta. Respondem com legitimidade.

Por isso há e haverá cortes de estrada, interrupções do trânsito, concentrações, vigílias e todas as formas de luta necessárias para combater situações como as da MDF, do grupo conservador de Matosinhos, da Lisnave, da Siderurgia, da Ucal.

Por esse País fora, não se pode continuar a suportar salários atrasados durante anos como na CIFA, durante quatro meses como na Dâmaso, de Vieira de Leiria.

Trata-se de um problema nacional. Por isso, os trabalhadores e as suas organizações representativas exigem que o Governo o entenda como tal e adopte medidas concretas para ajudar (ajudar, pelo menos) a solucionar-lo.

De outro modo, cada vez bastarão menos umas idas à televisão para dizer umas frases sobre a «perturbação laboral»...

Quando anunciam novas formas de luta os trabalhadores não falam em vão.

Ano lectivo

Pressões e ameaças em vez de condições

A direcção do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa acusa o ministro Seabra e o Governo de exercerem «pressões e ameaças», que considera antenarem contra «os poderes dos órgãos de gestão democrática» das escolas no sentido da sua abertura oficial no próximo dia 8 «sejam quais forem as condições» existentes.

O Sindicato, que se refere nomeadamente aos «conceitos directivos das escolas do ensino preparatório e secundário», «exige que o Ministério da Educação substitua os inspectores por condições mínimas de trabalho para a abertura das escolas».

O SPGL afirma, segundo dados em seu poder, que «o papel dos inspectores tem-se resumido em muitos casos a exercer as mais ferozes pressões sobre os conselhos directivos» de forma ilegítima e imoral.

legítima, frisa o Sindicato, «porque atentam contra os poderes dos órgãos de gestão democrática» e imorais «porque desrespeitam todo o trabalho e empenhamento dos professores, fazendo tábua rasa dos seus pontos de vista e da

planificação e organização das actividades projectadas».

Abram «por favor» senão...

«Se há atrasos, se há dificuldades, as pressões e ameaças não são, seguramente, o melhor meio para as resolver», realinha o SPGL. Lembrando que a acção dos inspectores se deve a «instruções e directrizes recebidas de responsáveis políticos que usarão com os inspectores as mesmas armas que estes usam junto dos professores», faz um apelo a estes funcionários do ME para que «se recusem a desempenhar tal papel, que só contribuirá para degradar ainda mais junto das escolas e dos professores a imagem da Inspeção, vista individual ou colectivamente».

A direcção do SPGL termina o seu comunicado de 2 de Outubro deixando claro que «não se cobrirá de recorrer a todos os meios ao seu dispor para contrariar pressões ilegítimas e para defender os direitos do professorado, as condições de trabalho nas escolas, a gestão democrática e, em particular, os colegas que nela têm lugares de mais responsabilidade».

A data é tudo para o Ministério

O Sindicato, que convocou para ontem uma conferência de imprensa em Lisboa, refere que «o início do ano lectivo tem sido motivo de tomadas de posição não apenas de professores, autarquias e pais, mas também da parte do Ministério da Educação. Significativamente — acrescenta a direcção do SPGL — enquanto os primeiros têm referido as condições concretas de funcionamento das instalações e de preferências lectivas por parte das crianças e jovens, o ME centra as suas atenções afirmações na indicação de uma data para a abertura das escolas».

O Sindicato, que «tem acompanhado com preocupação as condições concretas que e as escolas enfrentam», sublinha que, «queira ou não o Ministério reconhecê-lo, e independentemente do número de escolas que abra ou não no dia 8, o ano lectivo iniciará-se em piores condições do que anteriormente e as próprias condições do seu funcionamento posterior estão comprometidas», como é reconhecido na prática de quem tem filhos em idade escolar.

Contra despedimentos por vingança
Greve anunciada para hoje na Siderurgia

O Plenário de trabalhadores da Siderurgia Nacional, em Paio Pires, reunido de emergência antontem, aprovou «uma greve para a tarde de hoje», quinta-feira, e decidiu «não fazer horas extraordinárias» enquanto o conselho de gerência não anular a decisão de «despedir com justa causa, e para já, um dos trabalhadores suspensos preventivamente» na sequência do levantamento de «centenas de processos disciplinares».

O Plenário convocado pelas ORTs daquela empresa pública responsabiliza inteiramente o conselho de gerência e o Governo pela situação de luta a que conduziu a discriminação salarial e pela generalidade dos acontecimentos vividos na SN entre 17 de Abril e 4 de Maio findos.

Lê-se na resolução do Plenário: «O levantamento das centenas de processos disciplinares aos trabalhadores e a decisão

de despedimento de quatro deles constitui não uma atitude disciplinar, mas, antes pelo contrário, uma vingança do conselho de gerência pela derrota sofrida no que respecta às suas intenções discriminatórias» contra trabalhadores que «justamente lutaram e lutam pela reposição da legalidade na empresa».

O Plenário geral reafirma que tudo será feito para que o conselho de gerência «não concretize as suas intenções

repressivas e os seus planos de destruição da empresa nacionalizada».

Os órgãos de soberania, por decisão do Plenário, foram alertados para os acontecimentos e para a situação na empresa.

Repúdio do Sindicato

No mesmo sentido da posição assumida pelo Plenário da

SN, a direcção do Sindicato dos Metalúrgicos do Sul considera a atitude do conselho de gerência «revanchista, prepotente e arbitrária». O CG «tenta agora vingar-se, em quatro trabalhadores», da luta desenvolvida por milhares deles contra «a aplicação discriminatória da última tabela salarial», acrescenta o Sindicato sublinhando a decisão dos trabalhadores, que «tudo farão para re- por a legalidade democrática» na Siderurgia Nacional.

Internacional

Militarização do Cosmos e terrorismo de Estado em xeque na ONU

A imprensa espanhola divulgou que planos da NATO estariam elaborados para a criação de uma base militar em Lisboa e uma outra em Espanha. Bases ligadas a outro projecto — já conhecido — de um oleoduto passando pelos vários países da Aliança Atlântica, e cujo objectivo seria o abastecimento dos países da Europa capitalista, em caso de «invasão soviética». Uma «invasão» que está bem arredada de quaisquer planos da União Soviética, mas que entretanto surge como a presença — justificativa — nos múltiplos projectos elaborados no Pentágono para a destruição, militar, da comunidade socialista.

Contactado por órgãos de Informação, o ministério de Defesa português obviamente negou ter conhecimento do que quer que fosse. O que não quer dizer nada. Ou melhor: da parte de um Governo orientado para uma política externa de incondicional apoio e alinhamento com as mais reaccionárias teorias e a prática internacional terrorista do imperialismo, esta curiosa ignorância vale por uma confirmação de que algo se está a passar nos encontros e acordos de há muito corriqueiramente feitos nas costas de todos nós, mesmo quando é a vida que está em causa. Uma negativa valendo por confirmação — raciocínio a que nos habituámos em tempos de fascismo, em termos de interpretação da informação, e que os factos demonstram hoje uma vez mais se justificam totalmente.

E assim, das Lajes a Lisboa (por onde já se regista trânsito de submarinos nucleares), passando por toda a margem Sul, do Algarve a Beja, Portugal está a transformar-se numa peça de monstruoso jogo dirigido pelos Estados Unidos, com a participação — e aqui a solidariedade de classe vale plenamente, apesar das contradições inter-imperialistas — dos vários países da NATO. Jogo terrível porque com ele se joga a vida do planeta, entre planos suicidas de «guerra total».

Dois factos apenas

É sabido que neste momento não se poupam esforços

para tentar mascarar de pomba o presidente das multinacionais de armamento — Reagan. A isso obriga o período anterior às eleições, pois é importante que o homem de Dallas surja com a imagem mais adequada ao reduzido número de votantes que ainda resta na «grande democracia» americana (Reagan foi eleito para o actual mandato por menos de 26 por cento do eleitorado norte-americano): o homem da recuperação económica (bem frágil, segundo os próprios economistas burgueses e alimentada pela extorsão de capitais de outras partes do mundo); o homem de uns Estados Unidos fortes e dominadores (ou seja, com pretensões ao domínio mundial); e já agora, o que é particularmente difícil, o homem que teria sabido impor a paz na ponta das baionetas... nucleares!

Uma imagem «pacifista», mesmo que condicionada, que se torna tanto mais difícil de afirmar quanto os factos a contrariam.

E vale a pena citar aqui apenas duas esclarecedoras declarações:

«O traço característico da estratégia de "reação flexível" (política oficialmente defendida pelos EUA), é a disposição da NATO de aceitar a escalada do conflito incluindo o emprego de armas nucleares em primeiro lugar... Este é o limiar nuclear da nossa estratégia». São palavras do general norte-americano Bernard Rogers a quem cabe a decisão prática (por incumbência de Reagan) da utilização de armas nucleares.

«O míssil de cruzeiro é, indubitavelmente, uma arma ofensiva, uma arma de primeiro golpe... Esse míssil foi criado com o objectivo concreto de atingir o míssil soviético quando este estiver ainda no silo e é suficientemente exacto para cumprir esse objectivo. Attingir o silo onde se encontra o míssil equivale ao primeiro golpe.» Uma declaração do americano Thomas Simmer, que participou na criação de uma arma que como sabemos está hoje a ser profusamente instalada pela Europa capitalista.

Dois factos apenas, que harmoniosamente se ligam aos projectos de guerra no cosmos, guerra química, reforço do arsenal «clássico», e outros — que verdade seja dita têm a particularidade comum de planearem uma guerra para a Europa (e nunca para os Estados Unidos...).

Não por acaso, o camarada Andrei Gromyko, no discurso pronunciado na ONU, afirma: «Aqueles que determinam hoje a política dos EUA, terão muito que fazer, para que as suas palavras e os compromissos assumidos possam ser encarados com confiança. Nenhuma tentativa de substituir a essência da política e a necessidade de viragem do militarismo para a linha da paz, por uma simples mudança de forma, pode ter sentido.»

Irremediável?

São conhecidos os recentes resultados obtidos pelos «Verdes» em eleições parciais na RFA, e o alarme que tais proeminentes resultados provocaram.

E, no entanto, os «Verdes» estão bem longe de constituir um grupo político homogêneo com um programa definido e coerente. Há, entretanto, um denominador comum — sem dúvida o factor de atracção, o aglutinador de forças e esforços heterogêneos: a defesa do desarmamento.

Entretanto, os «Verdes» são

apenas um sintoma, e um exemplo, do grande movimento de massas pela paz, que o início da implantação dos novos mísseis nucleares norte-americanos na Europa não pôde desmantelar.

E assim, enquanto o território oeste-alemão é utilizado em gigantescas manobras militares declaradamente contra a comunidade socialista e prossegue a implantação de mísseis, crescem desmesuradamente os orçamentos militares e se desenvolvem planos de aperfeiçoamento e aumento quantitativo de todos os tipos de armas — a luta continua. E amplia-se.

Em plenas manobras militares os lutadores pela paz na RFA ergueram cinco acampamentos na região de Fulda e formaram ao longo das estradas uma cadeia viva de mais de 100 quilómetros de comprimento. Para 20 de Outubro está prevista a formação de uma cadeia viva pela paz de cerca de 210 quilómetros que deverá ligar simbolicamente a base nuclear americana de Heselbach, onde se pretende instalar 96 mísseis de cruzeiro, às fábricas «Mannesmann», em Duisburg, que detêm o triste recorde de despedimentos de operários.

Também na Grã-Bretanha, e coincidindo com as manobras militares de Outono, se realizaram manifestações antinucleares frente à base militar norte-americana de Greenham Common. E nos Estados Unidos há mais de 4 mil grupos e organizações de partidários da Paz. Não é por acaso que em Outubro de 83 centenas de milhares de pessoas em 300 grandes cidades dos EUA deram o seu NÃO à implantação de mísseis Pershing e Cruise na Europa.

Falando na ONU, Gromyko disse: «Muitas pessoas se perguntam hoje: será que está tudo perdido e só nos resta reconhecer que uma noite tal caiu sobre as relações internacionais? Não aceitamos esta

perspectiva da situação mundial. O sentimento de irremediável é alheio à nossa concepção do mundo.»

Com ou sem palavras de paz, com ou sem arremedos de empenho em negociações por parte dos Estados Unidos (que tais palavras e tais empenhos já são fruto do generalizado sentimento popular antibelicista) — a luta é o único caminho na difícil tarefa de impedir a guerra. Uma batalha que conta antes do mais com a consequente posição da União Soviética e da comunidade socialista. Que conta com o movimento pela paz, tão forte que por vezes tem mesmo consequências ao nível de política oficial, como é o caso flagrante da Grécia, cujo governo, pe-se embora as muitas flu-



Divulgar intensamente a mensagem da paz — uma tarefa de todos os povos, em todo o Mundo, contra os perigos da guerra e da militarização do Cosmos

tuções e ambiguidades políticas, se pronunciou pela retirada das armas nucleares norte-americanas de território nacional e pela desnuclearização dos Balcãs. Uma batalha que

conta com a luta dos povos em todo o mundo. Passando aqui, por Portugal, onde importa acentuar, na luta contra a política de direita, em defesa de Abril, a componente de defesa

dos interesses nacionais, de defesa dos princípios constitucionais referentes à política externa que deveria ser a nossa, contra a actual política de tração nacional.

Contra o «jogo» da guerra

A degradação do clima internacional, pela intervenção — mesmo militar — na vida interna de outros países, de que talvez o exemplo mais dramático e significativo seja Granada; a desenfreada corrida aos armamentos, que utiliza em sistemáticos programas de destruição da Humanidade os maiores avanços da ciência e da técnica, e que, de par de imensos perigos, acarreta consequências muito graves no plano social e económico em vastas zonas do mundo — são neste momento questões centrais nos debates da Assembleia da ONU.

Pela sua importância e actualidade, passamos a referir algumas propostas concretas inseridas em projectos de resolução apresentados pela União Soviética à Assembleia Geral da ONU. Propostas contra a militarização do Cosmos, contra a política estatal de terrorismo internacional.

Contra a militarização do Cosmos

• A garantia de que a investigação do espaço cósmico, com fins exclusivamente pacíficos e em benefício da Humanidade, seja proclamada **responsabilidade histórica de todos os Estados**;

• A exclusão do Cosmos da esfera da corrida aos armamentos, como **norma obrigatória da política dos Estados, compromisso internacionalmente reconhecido**; pelo que se propõe «a adopção de medidas urgentes no sentido de proibir para sempre o emprego da força no espaço cósmico e a partir do Cosmos em relação à Terra, assim como da Terra contra os alvos no espaço cósmico, proibir e liquidar os meios cósmicos de agressão, inclusive os sistemas anti-satélite e anti-mísseis de estacionamento cósmico, assim como

todos os meios de estacionamento terrestre, aéreo ou marítimo, destinados a atingir alvos no Cosmos»;

• A utilização do espaço cósmico para fins pacíficos, «para a solução de grandes e agudos problemas do desenvolvimento económico, social e cultural que a Humanidade enfrenta, assim como para a união de esforços dos Estados do mundo neste domínio, inclusive a criação, em perspectiva, de uma organização mundial para a utilização do espaço cósmico em benefício da Humanidade.»

Contra a prática de terrorismo de Estado

Que passa pela rejeição das «concepções da "política a partir da força", "cruzada", "guerra psicológica" e outras que têm por objectivo justificar as acções dos Estados tenden-

tes a subverter o regime socio-político de outros Estados». E que aponta para:

• A condenação da «política e prática do terrorismo de Estado como método de relacionamento com outros Estados e povos»;

• A exigência «a todos os Estados que não actuem no intuito de alterar, por via da força, ou subverter o regime político-social dos Estados soberanos, desestabilizar e derrubar os seus governos legítimos e que, nomeadamente, não iniciem, sob qualquer pretexto, acções militares com este fim e ponham termo imediato às acções deste género, já iniciadas»;

• Um apelo «a todos os Estados para respeitar e observar rigorosamente o direito dos povos de escolher, livremente e sem ingerência externa, o seu regime político-social e desenvolver-se independentemente no domínio político, económico, social e cultural».

A demagogia de Soares e as contrariedades de Reagan

A administração Reagan sofreu no curto espaço de uma semana um importante revés no que respeita à sua política para a América Central. Em duas frentes distintas — a reunião de ministros da CEE na Costa Rica e o encontro da Internacional Socialista no Brasil — os norte-americanos tentaram, sem sucesso, fazer condenar e isolar a Nicarágua sandinista.

Os principais objectivos visados por Washington — impedir qualquer apoio económico e político à Nicarágua, e o aumento das pressões para forçar o adiamento das eleições de 4 de Novembro — não encontraram em nenhum dos dois conclaves internacionais a necessária receptividade para poderem virar.

Muito pelo contrário, a tónica geral de ambos incidiu na ne-

cessidade de encontrar, através de negociações, saídas para os conflitos centro-americanos, desenvolver esforços para a resolução dos graves problemas económicos e sociais da região reconhecidos como fonte permanente de instabilidade e insatisfação populares. O presidente da Internacional Socialista, Willy Brandt, foi mesmo ao ponto de manifestar a sua esperança de que

as eleições de 4 de Novembro na Nicarágua contribuam para a solução dos problemas daquele país, sublinhando que a **crise na América Central deve ser resolvida sem ingerências nem pressões militares e económicas estrangeiras**.

Sabendo-se que em qualquer das duas reuniões participaram diversos países cuja principal característica dos respectivos governos é pautarem o seu comportamento pela voz do dono, que é como quem diz pelas ordens da administração norte-americana, cabe perguntar duas coisas: primeiro, como é que num tal contexto as exigências dos EUA não conse-

guem vingar; segundo, porque é que os mais fiéis aliados de Reagan recuam nas suas posições «duras» e aceitam aparentemente a conciliação.

A primeira questão (tratada mais desenvolvidamente no Suplemento) tem como resposta o inelutável aumento das preocupações da opinião pública internacional quanto às possibilidades de um conflito generalizado na América Central; preocupação que se reflecte nas pressões das forças democráticas dos diferentes países sobre os respectivos governos que, a braços com os seus próprios problemas e contradições, não podem deixar de lhes dar resposta.

Neste âmbito importa ainda salientar que, malgrado a enorme influência que os Estados Unidos continuam a ter na arena internacional, longe vão os tempos da doutrina Monroe em que Washington ditava as leis para o seu «pátio das traseiras» e o velho continente se limitava a seguir-lhe os ditames. A defesa de uma política própria e a procura de novas alianças, imposta em grande medida pela necessidade de encontrar soluções alternativas para as grandes questões económicas, afirma-se cada vez mais.

Quando figuras destacadas da IS, como Willy Brandt, afirmam opor-se à **exportação do**

conflito Leste-Oeste que provocou a militarização do Terceiro Mundo, estão não só a contrariar uma das principais teses da política norte-americana, como objectivamente a procurar alternativas para o equilíbrio de forças a nível mundial.

A demagogia

Outra ordem de razões, ainda que nem sempre dissociadas das primeiras, respondem à segunda questão levantada. É evidente que dirigentes de países como El Salvador, Guatemala, Honduras ou Portugal (só para citar alguns), se servem de foros internacionais para as suas profissões de fé



Perante a heróica luta do povo nicaraguense, há quem tome atitudes de pura demagogia. Na foto: combatentes sandinistas desfilando durante as comemorações do 5.º aniversário do Exército Popular

na democracia por pura demagogia.

O caso dos actuais responsáveis pela diplomacia portuguesa é particularmente eludativo.

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, afirmou na Costa Rica a disponibilidade de Portugal em subscrever um documento de apoio à proposta de paz e cooperação do Grupo Contadora para a América Central, desde que todos os países da região lhe dessem o seu acordo. Dessa forma, assumiu-se a responsabilidade de corresponder aos eventuais pedidos de ajuda para pôr em prática a referida proposta. Jaime Gama defendeu ainda a solução pacífica das questões centro-americanas.

Entretanto, em Portugal, o que sucedia? O Primeiro-Ministro Mário Soares recebia um dos dirigentes da contra-revolução nicaraguense, Alfonso Robelo, que se deslocou a Lisboa na sua qualidade de líder da União Nicaraguense de Reconstrução, agrupamento resultante da fusão da ARDE com a Frente Democrática Nicaraguense dos ex-guardas somatistas.

Para quem não se recorde, diga-se que este Alfonso Robelo é o mesmíssimo que há uns tempos atrás Mário Soares pretendia ter como convidado numa pretensa conferência sobre a paz na América Latina, o que não foi possível devido à oposição levantada pela pró-

pria Internacional Socialista. Mário Soares, que é vice-presidente da IS, é conhecido como um dos mais acérrimos defensores da linha reaganiana naquela organização, o que já lhe provocou alguns amargos de boca nomeadamente no que se refere à América Latina, face à qual a maioria da IS tem uma posição pouco concordante com Washington.

Robelo não fez segredo do objectivo da sua visita a Soares: veio pedir-lhe que intercedesse junto da IS, durante a reunião no Rio de Janeiro, para que esta apoiasse as pressões norte-americanas de isolamento da Nicarágua e adiamento das eleições de Novembro. Para dar tempo a Reagan de ser reeleito e pôr em prática os seus agressivos planos para a Nicarágua e Salvador.

Pedidos destes não se fazem para cair em saco roto. Tanto Soares como Gama aproveitaram as respectivas viagens para tecer a sua teia, ou melhor dizendo, a dos Estados Unidos. Como outros, de resto, também o fizeram. Só que a conjuntura não foi favorável aos seus planos. Pelo menos de imediato. Então o que há a perder em cantar umas loas à democracia, à paz e à cooperação? Salva-se (ou pensa-se que se salva) a imagem democrática, enquanto outras «démarches» são tentadas. Até 4 de Novembro, muitos cartuchos haverá ainda que queimar...

Desemprego na CEE

Os países da Comunidade Económica Europeia (sem contar com a Grécia) continuam a debater-se com o grave problema do desemprego, que em Agosto último afectava 12,4 milhões de pessoas. Segundo as estatísticas divulgadas no fim do mês passado em Bruxelas, aquele número, que corresponde a 11 por cento da população activa da Comunidade, é o mais alto registado num mês de Verão, e representa um aumento do desemprego de 1,2 por cento em relação a Julho e de 6,2 por cento em relação a Agosto de 1983.

De acordo com o estudo apresentado, o aumento do desemprego agravou-se com a chegada de jovens ao mercado do trabalho para o primeiro emprego. Só entre Julho e Agosto últimos, o número de desempregados com menos de 25 anos passou de 38,8 por cento para 39,3 por cento.

Cimeira da UNESCO

Está a decorrer em Paris a sessão da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Os trabalhos, que se prolongam por três semanas, têm sido dominados pelas pressões dos EUA que pretendem ver modificada a forma como a organização tem sido dirigida. Numa clara chantagem, os EUA ameaçaram retirar-se da UNESCO no caso das suas pressões não serem atendidas, o que significaria uma redução de 25 por cento no orçamento da organização.

Amahdou M'Bow, director-geral da UNESCO, deu início aos trabalhos refutando as acusações norte-americanas de «excessiva politização» da actividade daquele organismo, recordando depois que o combate ao analfabetismo continua a ser a sua prioridade. Segundo foi revelado, o analfabetismo no mundo atinge actualmente 814 mi-

lhões de pessoas, dos quais 22 milhões (em 1980) residiam nos países capitalistas desenvolvidos. Tendo em conta o ritmo demográfico previsto, crê-se que até ao ano 2000 o número de analfabetos atingirá os 900 milhões se não forem tomadas medidas eficazes para o evitar.

A UNESCO — recordou M'Bow no seu discurso — tem um papel importante a desempenhar na luta contra o analfabetismo mas se, efectivamente, os Estados Unidos vierem a deixar a organização até ao fim do ano, como anunciam, terá de ser cancelado o financiamento dos principais programas empreendidos nesse sentido.

Novos colonatos israelitas

O governo de Israel prossegue a política de implantação de colonatos nas terras árabes ocupadas, tendo

confiscado na semana passada cerca de 100 hectares de terreno e procedido à expulsão dos respectivos ocupantes. Segundo informações divulgadas em Telavive, os sionistas pretendem construir na região de Bir Zeit, na Cisjordânia, um novo colono paramilitar, ao mesmo tempo que implementam a substituição



A polícia contra os mineiros em luta: a marca da «dama de ferro»

dos responsáveis municipais árabes das terras ocupadas por militares israelitas.

Entretanto, parece ter-se alterado a posição sionista no que respeita à ocupação do Líbano. Israel, de acordo com um porta-voz governamental, já não põe como condição para a retirada das suas tropas do Líbano

a retirada paralela das tropas sírias deste território. As únicas condições colocadas são a obtenção de acordos de segurança para a Galileia (nome que Telavive dá à região fronteiriça).

Desconhecem-se ainda que exigências são feitas para os tais acordos de segurança.

Trabalhistas criticam Thatcher

O presidente do Partido Trabalhista britânico inaugurou na segunda-feira os trabalhos do respectivo congresso com uma cerrada crítica à política de Margaret Thatcher, e designadamente no que se refere à violência policial sobre os mineiros em greve. A **violência desnecessária das forças do Estado** — disse Eric Heffer — **contra pessoas que não são criminosas não pode ser boa para a estabilidade futura do nosso país, e há que ter isso bem presente.**